

13.177
esc. 2



DO CAFÉ À INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO: O CASO DO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, EM SÃO PAULO

13.177
ex. 2

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS



ELOISA ELENA BORTOLETO

DO CAFÉ À INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO: O CASO DO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, EM SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação da EAESP/FGV - Área
de Concentração: Economia Aplicada
à Administração, como requisito pa-
ra obtenção de título de mestre em
Administração.

Orientador: Prof^a Maria Rita Garcia
Loureiro

SÃO PAULO
1985

Aos meus filhos Maurício e Camila.
À Nelson Kazaki Toyama, presente
no amor e na esperança que sempre
soube cultivar.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente expresso minha gratidão à Prof^a Maria Rita Garcia Loureiro pelo apoio inestimável, desde a escolha do tema até a conclusão deste trabalho, sendo mais que uma orientadora, uma amiga.

Aos colegas do Instituto de Economia Agrícola pela força e estímulo presentes no decorrer desta pesquisa. Em especial aos colegas José Roberto Viana de Camargo, Elcio Umberto Gatti, Denyse Chabaribery, Malimíria Norico Otani e Zuleima A.P.Souza Santos pela cooperação e sugestões dadas em várias etapas deste trabalho.

À Regina Celia Silveira de Andrade pela valiosa colaboração na coleta de dados e à Fátima Maria M. Saldanha Faria pela eficiência na revisão bibliográfica.

Marisa Zeferino Barbosa e Zilda de Oliveira Rocha foram dedicadas e eficientes na datilografia.

Não poderia deixar de agradecer ao amparo carinhoso de meus pais, irmãos e sogros e à compreensão de meus filhos, sem os quais tornar-se-ia muito difícil a consecução deste estudo. Ao Nelson Kazaki Toyama que se não pode acompanhar o desenvolvimento deste trabalho, foi quem deu a idéia inicial e a maior força para que este se realizasse.

Finalmente, eventuais erros ou omissões são de minha inteira responsabilidade.

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS INSERIDO NO MOVIMENTO CAFEEIRO PAULISTA.....	5
1.1 - A Ocupação do Município.....	5
1.2 - Penetração e Expansão do Café.....	8
1.3 - Grandes Propriedades e Grandes Empreendimentos....	10
1.4 - Decadência e Crise do Café.....	18
CAPÍTULO II - TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA LOCAL: A INDUSTRIALIZAÇÃO... 42	
2.1 - Crescimento do Setor Urbano e Início da Industrialização.....	43
2.2 - Indústria - Participação Crescente em São Carlos.....	48
CAPÍTULO III - A AGRICULTURA LOCAL TAMBÉM SE INDUSTRIALIZA..... 60	
3.1 - Transformações Recentes da Agricultura Paulista. 60	
3.2 - Síntese das Políticas Agrícolas Vigentes nos Anos 70.....	64
3.3 - Modificação das Condições Técnicas de Produção.. 69	
3.4 - Transformações nas Relações Sociais de Produção.....	73
CAPÍTULO IV - COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL - BANCOS, COMÉRCIO, INDÚSTRIA X AGRICULTURA.....	91
4.1 - Produtores, Cooperativas e Indústria de Laticínios.....	92
4.2 - Produtores de Frango de Corte e Indústrias de Ração.....	96
RESUMO E CONCLUSÕES.....	103
BIBLIOGRAFIA.....	105

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira a partir do estudo das transformações ocorridas em um município do Estado de São Paulo.

A partir do estudo do caso do município de São Carlos pôde-se realizar um exercício de sistematização das informações bibliográficas e estatísticas existentes a respeito do processo de mudança da economia agrário-exportadora de café para a etapa atual de industrialização do campo.

Estudos recentes sobre a agricultura brasileira tem procurado mostrar que a industrialização do campo, ocorre a partir da década de 70, quando a industrialização no conjunto da economia brasileira já está plenamente desenvolvida, através da chamada indústria pesada, sustentada pelo Estado e o capital monopolista internacional. A industrialização da agricultura tem sido estudada em seus vários aspectos, como a formação dos complexos agroindustriais, a intensificação das desigualdades econômicas regionais, acentuação da concentração fundiária, formação da pequena burguesia rural, proletarização crescente dos trabalhadores, expansão do exército de reserva e unificação dos mercados de trabalho rural e urbano (GUILMARÃES, 1979; BRANDT, 1977; GRAZIANO da Silva, 1981; LOUREIRO, 1984).

Entende-se aqui industrialização do campo.

"... como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção ..." (CARDOSO de Mello, 1982:97).

É neste momento que se tem a construção de um amplo mercado de trabalho e nova estrutura técnica de capital, com crescente mecanização das atividades produtivas (LOUREIRO, 1984:12).

Conforme já mostrou Cardoso de Mello (1982), o modo de produção capitalista torna-se dominante na economia brasileira com a produção agrário-exportadora de café. Entretanto, na economia cafeeira o desenvolvi-

to da produção capitalista é limitado. A acumulação é realizada basicamente através do capital comercial. Devido à ausência das bases materiais de produção, a reprodução de bens de capital e outros meios de produção, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endozamente, isto é, de dentro da economia brasileira. Assim, esta etapa é definida como etapa de transição para a produção especificamente capitalista, momento em que se constituem novas bases materiais de produção.

É esse período que antecede e cria as condições básicas à industrialização no Brasil. No bojo do desenvolvimento e crise da economia cafeeira é que se deu a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, o desenvolvimento do mercado interno, a expansão das estradas de ferro, a aparição das primeiras indústrias. Mas, a forma básica de acumulação realizada por meio do comércio, dá ao capital cafeeiro um caráter de fragilidade. No Brasil, o capital comercial ao dominar diretamente a produção, submetendo-a às suas exigências, acarreta um desenvolvimento mais lento das forças produtivas. Nas palavras de Sérgio Silva,

"A preponderância do capital comercial é, em primeiro lugar, o resultado do desenvolvimento ainda fraco das relações capitalistas no Brasil. A análise do trabalho assalariado e da mecanização nas plantações mostrou ao mesmo tempo existência e os limites dessas relações no seio da economia cafeeira ... Em segundo lugar, a dominação do capital comercial explica-se pela posição ocupada pelo Brasil no seio da economia mundial. Dado o fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, o Brasil se vê designado, na divisão internacional do trabalho, à posição de país exportador de produtos agrícolas (...). Essa dependência vem reforçar o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral". (1976:61/62).

Além disso, tratando-se de uma economia que demandava abundante mão-de-obra, e incapaz de estruturar um mercado de força de trabalho, pre

cisou importar massivamente trabalhadores por mais de meio século. Com o fraco desenvolvimento do capital nesse período, a cafeicultura necessitou adotar o sistema conhecido como regime de colonato, onde à margem da atividade principal, os trabalhadores produziam também, os bens para o seu consumo, limitando assim a expansão de uma agricultura comercial de alimentos ⁽¹⁾.

Uma agricultura mercantil expressiva só irá desenvolver-se após a crise de 1929, com o fim da supremacia cafeeira e a quebra da atividade monocultural exportadora. Na constatação de Cardoso de Mello (1982:110):

"... em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial".

⁽¹⁾ CANO (1977) procura mostrar que apesar dessas limitações a agricultura exportadora do café pode gerar o chamado complexo cafeeiro, que abrangia, além de uma vasta rede de atividades ligada à comercialização, também atividades manufatureiras. Assim, segundo o autor, já no início do século XIX e inícios do século XX, à medida que se expandia o mercado urbano, ainda que de forma restrita, desenvolveu-se uma agricultura comercial.

Neste momento, tem-se, ao lado da grande lavoura, a pequena, desenvolvida por proprietários, parceiros e arrendatários, e, além do café, produz-se também o algodão, carne, açúcar, etc., para o mercado interno em expansão. Todavia, acumulação de capital na agricultura necessitava, ainda, da mediação do capital comercial e estimulava a especulação imobiliária formando-se, neste momento, o mercado de terras. As transformações das condições técnicas e sociais da produção na agricultura aguardará a próxima etapa (LOUREIRO, 1984:15-16).

A escolha do município de São Carlos para objeto de estudo justifica-se pelo fato do mesmo conter em sua história particular as diversas etapas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e paulista em especial.

O presente estudo está subdividido em quatro capítulos: no capítulo I, será descrito o processo de inserção de São Carlos no movimento cafeeiro paulista - expansão, auge e crise cafeeira. No capítulo II, o processo de urbanização e industrialização da economia local. No capítulo III procurar-se-á sintetizar o processo de industrialização na agricultura do município de São Carlos, ressaltando o papel das políticas governamentais para o setor a partir de 1965 e os efeitos dessas políticas. No capítulo IV serão feitas algumas inferências sobre a relação atual entre cultura, comércio, indústria e bancos no município.

Por fim, cabe esclarecer mais uma vez que a pretensão deste trabalho não é levantar nenhuma nova tese relativa a alguns aspectos do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura; mas tão somente organizar e articular análise e informação sobre o assunto, tendo inclusive enorme valor pessoal, ao permitir um crescimento no esforço analítico.

CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS INSERIDO NO MOVIMENTO CAFFEEIRO

1.1 - A Ocupação do Município

O interesse pela região onde se encontra atualmente o município de São Carlos manifestou-se com a onda mineradora do fim do século XVII, que partiu de Itu e Jundiá, então as cidades mais afastadas do litoral (MARTINEZ CORREA, 1967:19).

Além do caminho de São Paulo por Campinas ao Triângulo Mineiro, no início do século XVIII, o governador da Província de São Paulo mandou abrir um caminho, que tinha como ponto de partida a Vila de Itu, seguindo daí até o Rio Piracicaba, então considerado o limite da civilização, atravessando a extensa região chamada "sertões ou campos de Araraquara"⁽¹⁾ em direção ao Rio Grande e às minas de Cuiabá (DEAN, 1977:20/21).

Em seguida falando sobre a situação desta região, por essa época, o autor diz:

"Em princípios do século XVIII os habitantes primitivos se haviam recolhido até um pouco além da região de Rio Claro. Nesta época a população europeizada da capitania de São Paulo não ultrapassava os 50 mil... Esta vasta região de solo fértil e clima temperado, uma fronteira de terras inexploradas, estava aberta à ocupação pioneira... Rio Claro passou a ser visto como a boca do sertão, pois logo depois dele começava, no planalto, o que os habitantes consideravam como realmente ermo, o Sertão de Araraquara".

Pelas dificuldades encontradas este caminho ficou muitos anos abandonado pelas autoridades, passando a atrair aqueles que por elas eram perseguidos. A função de refúgio passou a ser o principal atrativo. (MARTINEZ CORREA, 1967:20/22).

⁽¹⁾ Por "sertões ou campos de Araraquara" era denominada toda a área hoje ocupada pelos municípios de São Carlos, Descalvado, Brotas e Araraquara (KERBAUY, 1980:25).

Os primeiros habitantes da região foram homens sem fortuna, nômades, preparados para o desbravamento da mata virgem e que ocupavam as terras através da pequena criação e pequena lavoura de cereais.

A ocupação inicial dos posseiros seguiu-se a posse legal das terras e a concessão da primeira sesmaria na região, data do final do século XVIII. Nas palavras de MARTINEZ CORREA (1967:25):

"As condições eram favoráveis para os sesmeiros pela existência de mercados. Esses mercados, além de servir para o abastecimento de caravanas na direção das minas poderiam também suprir a região do açúcar, ao sul. Assim é que os pedidos de sesmaria eram geralmente acompanhados da justificativa para criar gado."

Segundo a mesma autora, a grande extensão territorial e o pouco interesse que havia numa exploração econômica efetiva na região, propiciou a ausência de conflitos no estabelecimento do domínio legal. No entanto, no início do século XIX, com a intensificação da ocupação da terra, chegou a se registrar atritos. Os posseiros, na impossibilidade de adquirirem legalmente suas terras, transformavam-se em administradores dos proprietários legais, seus empregados, ou abandonavam o lugar (MARTINEZ CORREA, 1967: 27/28).

Os sesmeiros ficavam com as melhores terras e iam expulsando os posseiros para as faixas de terras piores ou por desbravar, onde abriam uma clareira e desenvolviam uma agricultura de subsistência.

Neste processo de expulsão dos pioneiros, os proprietários legais da terra acabavam se apropriando do valor adicional representado pela limpeza e cultivo anterior das terras significando "um ato inicial de acumulação de capital" (WARREN DEAN, 1977:37).

Ainda, segundo o mesmo autor, a pequena propriedade não foi eliminada completamente com a alienação das terras, mas ficou subordinada à economia da grande lavoura para exportação.

No início do século XIX, a decadência da mineração ocasionou a volta da população paulista e a imigração de mineiros para a província de

São Paulo⁽¹⁾. Com as perturbações políticas de 1842 e também de 1864 a 1870, durante a guerra do Paraguai, intensificou-se essa corrente imigratória, que, abrindo caminhos, fundando povoações na "floresta de Araraquara", estabeleceram os pontos de apoio da penetração do café, no fim da primeira metade do século XIX (MONBEIG, 1984:133).

As principais demarcações judiciais e a formação das primeiras fazendas, no território do atual município de São Carlos, foram feitas no início do século XIX.

Como dito anteriormente, as atividades de criação e culturas de subsistência desenvolvidas nessas fazendas, tiveram suas origens ligadas ao abastecimento dos que caminhavam para as minas de Cuiabá.

Além disso, a venda de toucinho, gado suíno e bovino foi e continuou sendo por muito tempo, outra fonte de rendimentos para os que aí se fixavam. Periodicamente partiam para São Paulo e Santos, tropas carregadas com toucinho, as quais traziam, na volta, carregamento de sal (KERBAUY, 1980:26).

Inicialmente, a ocupação do solo dos "campos ou sertões de Araraquara" deu-se dentro desse processo. No entanto, o aumento rápido no número de municípios e o desenvolvimento crescente dos núcleos urbanos começou a se verificar com a penetração e expansão da cultura cafeeira em direção ao norte e oeste de São Paulo, no século XIX, especialmente nas últimas décadas, com a chegada de grande número de imigrantes estrangeiros.

Analisando a evolução da população de São Paulo nesse período, temos em 1811, 165.468 habitantes, em 1836, 284.012. Trinta e seis anos depois, em 1872, essa população eleva-se a 837.354 e o recenseamento de 1900 acusava 2.282.279 habitantes em todo o Estado. O número de imigrantes desembarcados em Santos eleva-se a cada ano, nas últimas décadas do século XIX, ultrapassando por duas vezes a casa dos 100.000. Enquanto isso, a produção cafeeira paulista em 1835 era de 147.034 sacas de 60kg,

(1) "Deputado de São Paulo, em 1882, declarava na Assembléia Legislativa que, apenas 20% da população era paulista nos municípios de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais e que na região de Araraquara a situação não era muito diferente, era o mineiro e não o paulista, que desbravava a floresta e repelia o índio". (MONBEIG, 1984:133).

passando para 1.043.112 sacas em 1870 e no início do século XX a produção alcançava 7.988.000 sacas (MONBEIG, 1984:24).

Dos 111 municípios existentes até o final do século XIX, nas regiões do Vale do Paraíba, Central, Mogiana e Paulista⁽¹⁾, 90 foram criados neste século. São na região da Paulista foram fundados, entre 1832 e 1898, 17 municípios dos quais 14 entre 1865 e 1898 e entre esses últimos encontra-se São Carlos do Pinhal⁽²⁾.

Fundada em 1857, a Vila de São Carlos do Pinhal torna-se distrito em 24 de abril de 1858. Por desmembramento do território do município de Araraquara, em 18 de março de 1865 é que se cria o município de São Carlos do Pinhal. Em 21 de abril de 1880 a sede municipal foi elevada à categoria de cidade e a partir de 1908, a denominação da cidade passa a ser apenas São Carlos (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 1958:164)⁽³⁾.

1.2 - Penetração e Expansão do Café

A cultura cafeeira que iniciara na região montanhosa do Estado do Rio de Janeiro expandiu-se pelo Vale do Paraíba no início do século XIX. A seguir desenvolveu-se rapidamente em direção ao oeste paulista,

⁽¹⁾ Os termos Central, Mogiana, Paulista, Araraquarense, Noroeste e Sorocabana referem-se às zonas dos municípios tributários das respectivas Companhias de Estradas de Ferro, utilizadas por MILLIET (1946).

⁽²⁾ "Próximo ao lugar de pouso dos viajantes, na estrada que ligava Itu e Rio Claro à Araraquara e Sant'Ana do Parnaíba, os fazendeiros iniciaram, em 1856 a construção de uma capela "o bioplasma da vida orgânica de todas as grandes cidades do Brasil" (MELO, 1975:87).

⁽³⁾ O município de São Carlos localiza-se na Zona Centro-Oeste do Estado de São Paulo. Atualmente abrange três distritos de Paz: São Carlos (sede municipal), Água Vermelha e Santa Eudóia. É sede de comarca, sob cuja jurisdição se acham os municípios de São Carlos e Ibatê. Tem seu território limitado por Ribeirão Bonito, Itirapina, Brotas, Descalvado, Analândia, Araraquara, Luiz Antonio, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense e Ibatê. A sede do município está situada no traçado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (linha tronco) e da Rodovia Washington Luiz, distando 267km por ferrovia, e 231km, por rodovia, da capital do Estado (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 1958:165). Segundo os critérios de regionalização do IBGE, atualmente o município pertence à micro-região homogênea de Araraquara, que por sua vez pertence à Região Administrativa do Estado de São Paulo - Região de Ribeirão Preto (ver mapa 1 do anexo I).

com as terras roxas ganhando importância, nas regiões da Mogiana e da Paulista, a partir dos anos 1860-1880 (ver mapa 2 e 3).

Até 1854, quando o Vale do Paraíba ainda era o grande centro produtor, a região da Paulista registrava uma produção de 223.470 arrobas, ou seja, 6,32% da produção da Província naquele ano (MILLIET, 1946:18/20) (ver quadro 1 do anexo I).

Em 1886, a Paulista apresentava-se como a segunda grande região produtora de café, depois da Central, com 2.458.134 arrobas, isto é, 23,69% da produção total do Estado.

Com o alastramento do café para as novas regiões, no início do século XX, embora houvesse caído a participação percentual da Paulista, a produção continuou crescendo alcançando seu valor máximo, 7.417.916 arrobas, em 1905.

O sentido de penetração para o oeste paulista, fez com que fossem plantados os primeiros cafezais ao redor de São Carlos, em áreas com extensas manchas de terra roxa de grande fertilidade, situadas nos vales do Ribeirão dos Negros, Ribeirão do Quilombo e do Jacaré Guaçu. Embora em menor amplitude, surgiram lavouras de café nas pequenas manchas de terra roxa localizadas a noroeste de Água Vermelha (distrito de São Carlos) (KERBAUY, 1980:26)⁽¹⁾.

Em 1886, a produção de café em São Carlos ainda era inexpressiva: 66.667 arrobas. Entretanto, já em 1899, dados estatísticos sobre a situação rural do município, organizados pelo Clube da Lavoura apontam uma produção de 1.200.000 arrobas de café, onde esta cultura suplanta economicamente os demais gêneros (ver quadro 2 do anexo I).

No ano de 1905, havia em São Carlos, 13.926,0 alqueires cultiva

⁽¹⁾ Consta que foi Carlos José Botelho quem plantou o primeiro cafezal no município de São Carlos em meados de 1838. No inventário da morte de sua mulher, em 1844 lê-se: "Por 3 mil pês de cafezal dando fruta e outras novas a duzentos réis o pé - 600\$000 réis" (ALMANAQUE DE SÃO CARLOS, 1894:XIV). Nesta época de difícil transporte, o isolamento e a distância da região até os centros exportadores, impediam o café de se desenvolver como cultura comercial (MARTINEZ CORREA, 1967:63).

dos, dos quais 89,9%, isto é, 12.521,0 alqueires plantados com café (ESTADÍSTICA AGRÍCOLA E ZOOTÉCNICA, 1905).

Foi nos primeiros anos do século que o município apresentou a maior área plantada com café, 12.521 alqueires em 1905, 10.885 alqueires em 1920 e 7.717 alqueires em 1935. O mesmo pode-se dizer em relação aos níveis de produtividade que foram de 87,7; 63,8 e 59,7 arrobas por alqueire para os anos de 1905, 1920 e 1935, respectivamente (quadro 3 do Anexo I).

Do final do século passado e até 1918, São Carlos é um dos mais importantes centros cafeeiros do Estado de São Paulo e o primeiro maior produtor da Paulista, apresentando, neste período, 25.050.000 de pés de café, com uma produção média de 1.300.000 arrobas (quadro 4 e 5 do Anexo I).

Para o ano de 1905, mesmo com uma produção inferior à média citada anteriormente, o município produziu 1.097.975 arrobas, perdendo para Ribeirão Preto e São Simão, que produziram 2.040.036 e 1.486.675 arrobas, respectivamente (quadro 6 do Anexo I).

1.3 - Grandes Propriedades e Grandes Empreendimentos

A partir dos anos 1860-1880 verificaram-se grandes transformações técnicas, econômicas e sociais que proporcionaram aos cafeicultores os instrumentos necessários à aceleração de sua marcha para o oeste. Mas foi necessário que também no continente europeu ocorressem condições favoráveis (MONBEIG, 1984:104).

Qualquer análise sobre a expansão cafeeira no oeste paulista em fins do século XIX e início do século XX, deve estar inserida no esquema geral de desenvolvimento capitalista mundial, em conjugação com o desenvolvimento da economia brasileira e paulista em particular. Estão intimamente relacionados, historicamente, a exportação de capitais europeus e norte-americanos ao Brasil, com a expansão da agricultura comercial do café voltada para o mercado exterior, com o desenvolvimento das vias férreas e com o movimento migratório (VIEIRA, 1973:23).

Nas palayras da autora:

"A partir de 1890 verifica-se a marcha acelerada dos cafezais em direção às terras dos planaltos ocidentais, num processo contínuo que manterá unidos estreitamente empresa agrícola, desenvolvimento ferroviário, imigrante e em correlação estreita com as oscilações dos mercados consumidores".

Em contraste com as zonas mais antigas, a expansão das fazendas de café no oeste paulista implicou na transformação do fazendeiro de café, de homem da lavoura em agente privilegiado do "capital comercial e financeiro". Nas novas regiões a cafeicultura desenvolveu-se à base de grandes empreendimentos, diferentemente da lavoura cafeeira escravista dominante no Vale do Paraíba (KAGEYAMA, 1979:104).

Enquanto, no decorrer do século XIX, aumentava o consumo de café na Europa e América do Norte, os capitalistas começaram a interessar-se pelo Brasil (MONBEIG, 1984:104/105).

Assim, os grandes proprietários de terras, antes inacessíveis, terão nas mãos, através da expansão do sistema de crédito e a implantação das ferrovias, os instrumentos que darão origem à "verdadeiramente grande lavoura capitalista" (GNACCARINI, 1980:49).

Em 1878 o Conde de Pinhal, de São Carlos e o Visconde de Rio Claro, seu sogro, conseguiram do Ministério a aprovação de uma linha ferroviária que ligaria Rio Claro a São Carlos. Esse desafio foi dirigido à Companhia Paulista, que desistiu da construção por divergências de seus diretores que não concordavam com o caminho proposto. O Conde de Pinhal, em resposta, organizou uma companhia própria, que além de grande participação do Visconde e seus filhos, tinha a participação de outros fazendeiros de Rio Claro. Em 1881, essa linha de bitola estreita (1,0m) foi aberta ao tráfego. Sem interesse especial em operar esta ferrovia vendeu-a a uma companhia britânica, que revendeu-a dois anos depois à Companhia Paulista (DEAN, 1977:54).

Assim, os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro,

vindos de Rio Claro, asseguraram a ligação de Jundiaí a São Carlos a partir de 1884 e, em 1916, esta companhia prolongou a bitola larga até o município. Conforme palavras da ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS (1958:165):

"Era tal o progresso de São Carlos como município cafeeiro, que a C.P.E.F. não teve dúvidas de prolongar a bitola larga até aqui, o que aconteceu em 1916."

Ao contrário do que ocorreu nas zonas mais antigas, na região da Paulista, da Mogiana, o café precedeu as ferrovias, as quais foram construídas, como foi visto, com grande participação de capital dos próprios fazendeiros aí instalados.

Os grandes cafeicultores, além de proprietários da terra, tinham a posse de outros meios de produção, eram detentores da comercialização dos produtores menores, eram acionistas das companhias de estradas de ferro e de bancos e também exerciam o poder político local. (KAGEYAMA, 1979:32).

Em São Carlos essas vinculações entre a grande propriedade cafeeicultora e outras atividades empresariais estão bem representadas pela história da família Arruda Botelho, mais especificamente na figura de seu chefe, Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal). Além de ter sido grande cafeicultor era o principal acionista da Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro. Parte do que lhe tocou com a venda destas ações, foi aplicada na instalação do Banco de São Paulo, em 1899, do qual foi presidente. Foi ainda incorporador e acionista do Banco União de São Carlos e do Banco de Piracicaba, do qual foi presidente. O Conde do Pinhal ocupou quase todos os cargos políticos no município e também no âmbito estadual e federal (KERBAUY, 1980:41 e 73).

Com o crescimento econômico e político dos fazendeiros foram implantadas, em São Carlos, todas as obras básicas necessárias ao desenvolvimento da cultura e do comércio do café⁽¹⁾.

(1) Além da ligação ferroviária Rio Claro-São Carlos, destacou-se, também, nesta época, a construção da casa Bancária (1890), do Banco União de São Carlos e do Banco de São Carlos (1891), a ligação ferroviária São Carlos-Santa Eudóia (1893) e São Carlos-Ribeirão Bonito (1895).

Nas regiões que tiveram desenvolvimento do café a partir das últimas décadas do século XIX, os fazendeiros, além de maior vinculação com o capital comercial e financeiro, como já exposto, possuíam nas fazendas modernos maquinários de secagem e beneficiamento. Além disso, por essa época já se implantara uma cafeicultura baseada no trabalho dos colonos, "sob uma nova forma de relações de produção". (KAGEYAMA, 1979:104).

Nesse período, o desenvolvimento rápido da cultura cafeeira, foi garantido pela criação de um mercado de mão-de-obra livre, com a imigração estrangeira.

Nas palavras de SÉRGIO SILVA (1976:44):

"Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem europeia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920."

Aqui, é importante reter que esse mercado de trabalho formado pelos colonos de café é diferente do mercado de trabalho formado nas últimas décadas, onde a única mercadoria do trabalhador é a sua própria força de trabalho, tendo o salário como única base de existência. MARTINS (1979: 127) coloca bem esta questão:

"O regime de colonato combinou diferentes modalidades de relações de trabalho, constituindo-se num regime singular. O colonato combinou a produção da mercadoria de exportação (o café) e a produção direta dos meios de vida necessários à reprodução do próprio trabalhador e da sua família. Entretanto, é enganoso supor, como fazem algumas pessoas, que essa produção possa ser caracterizada como simples produção para subsistência. Trata-se do que denominei, em relação a outras situações, de uma economia do excedente, em que o excesso relativamente ao consumo não é mero resto do que foi consumido, mas excedente previsível já no plantio, comercializado em geral logo após a colheita, antes de

completado o ciclo de subsistência da família trabalhadora. Tal excedente expressa na verdade, alta produtividade do trabalho agrícola, mesmo em situações que especialistas preferem caracterizar, tecnicamente, como "tradicionais" e pouco avançadas."

A grande imigração para a lavoura do café ocorreu quando esta se achava em expansão na região da Mogiana e da Paulista. Assim foi para essas regiões que os imigrantes se dirigiram em maior quantidade, tendo cinco municípios recebido de 1898 a 1902, mais de 1/3 da imigração: Ribeirão Preto, 14.293 imigrantes; São Simão, 7.837; São Carlos, 7.739; Araraquara, 7.679 e Jaú, 6.191 (MONBEIG, 1984:172).

Esses dados confirmam o peso de São Carlos como grande centro cafeeiro no final do século passado e início do atual. Nesse período, foi o terceiro maior receptor de contingente estrangeiro.

Se em 1874, em São Carlos os escravos constituíam 22,7% da população, em 1886 esse índice caiu para 18,5%, enquanto a população livre era constituída de 68,8% de brasileiros e 12,7% de estrangeiros (KERBAUY, 1980:34/35).

Em 1899, a composição da população rural do município apresentava 85,5% de imigrantes, onde 66,3% eram italianos (ver quadro 7 do Anexo I).

De 1901 a 1930 entraram 19.332 imigrantes no município através da Hospedaria dos Imigrantes, destacando-se os espanhóis com 36,1% e italianos com 34,6% (MELO, 1975:113-114)(ver quadro 8 do Anexo I).

No século XX, o fluxo manteve-se constante até 1915, entrando em declínio de 1916 a 1930. Deve-se destacar o início da imigração japonesa e lituana no município a partir de 1916, atingindo 22,24% e 34,44% respectivamente dos imigrantes de 1916 a 1930. De qualquer forma, aproximadamente 80% do fluxo total entrou em São Carlos até 1915.

Com relação à ocupação das terras, os dados da Estatística Agrícola e Zootécnica 1904/05 mostram que em São Carlos havia 313 propriedades agrícolas abrangendo uma área total de 51.845 alqueires, sendo 13.926 alqueires cultivados, onde só o café ocupava 12.521 alqueires e 23.923 al

queiros em campos e pastos (ver quadro 9).

A análise da estrutura fundiária do município para 1904/05 indica que 34% dos estabelecimentos eram constituídos por pequenas unidades (de 0 a 25 alqueires), representando 2,8% da área, as médias propriedades (de 25 a 250 alqueires) possuíam 54% dos estabelecimentos, perfazendo 32% da área, enquanto as grandes propriedades (com mais de 250 alqueires) que compreendiam 12% dos estabelecimentos eram responsáveis por 62,5% da área. Ou seja, no município, em 1905, 97,2% da área eram de propriedades com mais de 25 alqueires (ver quadro 10 do Anexo I).

Com relação à estrutura da produção cafeeira, para se ter uma visão comparativa, pode-se citar os dados de outros cinco municípios cafeeicultores. Por esses dados, pode-se perceber que a participação de pequenos produtores de café, em 1905, era significativa nas regiões mais velhas como São José dos Campos e Bragança. Nesses municípios, 97% e 96% dos produtores, respectivamente, possuíam 81 e 67% dos pés de café e o valor da sua produção correspondente era de 72% e 66% (ver quadros 11, 12 e 13 do Anexo I).

Já nas regiões onde houve uma maior capitalização da cafeicultura, a produção mostrou-se altamente concentrada. Em Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara e Botucatu; no ano de 1905, os médios e grandes produtores (com mais de 50.000 pés) que eram 42%, 46%, 68% e 82% respectivamente do total de produtores, respondiam por 93%, 88%, 78% e 66% das árvores plantadas e com valores da produção correspondentes de 96%, 92%, 83% e 75% respectivamente.

Na realidade, esse caráter concentrado da produção transcende São Carlos e esses outros municípios. LOUREIRO (1984:32) analisando a estrutura de produção de 25 municípios representativos do Estado de São Paulo, no ano 1905, escreve:

"... revelando a feição concentrada da produção em São Paulo, ..., os médios e grandes produtores controlavam, na média dos 25 municípios, 70% dos cafeeiros planta-

dos no estado e 81% do valor total produzido pela ca-
feicultura paulista."

Quando a ocupação da força de trabalho, os dados indicam que em São Carlos, no ano de 1904/05, 91% dos trabalhadores eram contratados por médios e grandes cafeicultores, isto é, que cultivavam mais de 50 mil pés de café (ver quadro 14 do Anexo I).

Uma análise da produtividade do trabalho em São Carlos, em 1904/05, indica que o número de cafeeiros cultivados por trabalhador em estabelecimentos com mais de 100 mil cafeeiros é menor do que naqueles com até 50 mil pés. No entanto, quando se considera o valor gerado por trabalhador, grandes fazendas, mesmo com um número menor de trabalhadores geram um valor maior.

Este maior valor gerado nas médias e grandes propriedades é explicado pela maior utilização de capital, como máquinas e equipamentos agrícolas, permitindo "potencializar o trabalho humano e, assim, extrair mais valor de cada trabalhador" (LOUREIRO, 1984:33). Além disso, os grandes fazendeiros possuíam as melhores terras.

No quadro 16 do Anexo I, foi feita uma comparação entre os dados da Estatística Agrícola e Zootécnica 1904/05 e 1934/35. Esses dados nos revelam, entre outras coisas, uma participação crescente de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos, no número de estabelecimentos agrícola e na área correspondente. No caso dos italianos, em 1905, 12,8% dos estabelecimentos ocupavam 1,9% da área e em 1935, 42,0% dos estabelecimentos ocupavam 16,3% da área. Se essas informações indicam que as propriedades desses imigrantes eram pequenas unidades, indicam também que uma parte delas fixou-se no município e puderam ter acesso à terra.

LOUREIRO (1984:39) sobre o preço da terra, em São Paulo, neste período, coloca que,

"... entre 1928 e 1938, alterou-se pouco em termos reais. É, no conjunto das três cêcadas, de 1905 a 1938, subiu relativamente pouco, se comparado ao aumento ocorrido em anos mais recentes: em termos reais não chegou

gou nem a duplicar nos três decênios, passando de 529\$ para 1.016\$."

Em São Carlos, no ano de 1904/05 o preço da terra era de 450\$, passando para 1.019\$ em 1916, retraíndo-se para 945\$ em 1928 e mantendo-se praticamente constante, 988\$, em 1938 (ver quadro 17 do Anexo I).

A maior participação dos imigrantes no número de estabelecimentos é uma indicação de que alguns colonos ou formadores de café conseguiram amealhar recursos e ter acesso a terra, em São Carlos.

A chegada da massa de imigrantes que veio trabalhar como colono na lavoura cafeeira, foi, em grande medida, responsável pela ampliação e diversificação da produção, do consumo interno e da urbanização. Foi através do excedente gerado pela pequena produção mercantil que se pode abastecer os centros urbanos que vinham se desenvolvendo.

Conforme coloca CANO (1977:60-61):

"A medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização - decorrente de atividades afins, do comércio, da indústria, etc. - o sistema reclama, também, a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que é feita fora da propriedade cafeeira operando com seus próprios recursos físicos. Essa modalidade agrícola cresceu mais dinamicamente após 1900, período em que a expansão da cidade de São Paulo e de alguns outros núcleos urbanos paulista se torna evidente."

Segundo o mesmo autor, o protecionismo estabelecido a partir de 1905, instituindo taxas de importação sobre produtos alimentícios e a importância da imigração japonesa (a partir de 1908), esta responsável em muitas áreas pela diversificação da agricultura, foram fatores importantes à expansão da produção de alimentos independentemente da produção cafeeira.

1.4 - Decadência e Crise do Café

A Paulista foi uma das regiões mais beneficiadas com o deslocamento dos fazendeiros e da corrente imigratória estrangeira e interna, tendo sua população crescido 691,9% de 1836 a 1854; 414,8% de 1854 a 1886; 298,6% de 1886 a 1920 e 11,6% de 1920 a 1934 (MILLIET, 1946:56)⁽¹⁾.

Com o deslocamento da população para outras regiões onde o café continua sua marcha pioneira e com a geada de 1918 que afetou drasticamente a produção cafeeira da região, a Paulista entrou em fase de estagnação, que se aprofundou com a crise de 1929.

Pelos dados do quadro 18 do Anexo I, observa-se que de 1920 a 1934, isto é, num período de 14 anos, alguns municípios tiveram sua população inalterada, ao passo que outros, como São Carlos sofreram inclusive queda populacional.

Os anos da chamada "crise de 29" foram um marco na história da cafeicultura brasileira, porque trouxe, em seu bojo, o fim da atividade monocultora do café, abrindo novas brechas para o capital na agricultura. Nas palavras de KAGEYAMA (1979:39):

"... a expansão diversificada da agricultura paulista já vinha ocorrendo com alguma intensidade desde o início do século... neste período, digamos, ela passa a ser mais orientada. Orientada pelo capital, tendo em vista a recuperação de sua rentabilidade, anteriormente determinada pela dinâmica cafeeira, (agora) por outras atividades substitutas."

Contrariamente às antigas zonas cafeicultoras, a Paulista e a Mogiana conseguiram reter boa parte da mão-de-obra nela existente, após

⁽¹⁾ O café em seu caminho para o Oeste leva consigo o aparecimento e desenvolvimento de muitos centros urbanos e nas palavras de SINGER (1966:32): "(os) efeitos urbanizadores do café se fazem sentir em numerosos núcleos e não somente na capital, embora as cidades do interior desempenhassem antes função de distribuidoras de produtos importados que de centros de comercialização do café."

a crise, através da diversificação de culturas. Além do que, nessas regiões, o desenvolvimento de algumas culturas destinadas ao mercado externo reduziram o processo de parcelamento das propriedades que abandonavam a cultura do café. Conforme palavras de MALUF (1978:6):

"... a permanência de algumas culturas de exportação diminui a intensidade do parcelamento das propriedades que via de regra acompanhava o abandono do café."

Outra alternativa dessas regiões, após os anos 30, seria o desenvolvimento do setor urbano, industrial e de comércio que se gestou dentro do próprio complexo cafeeiro, como infraestrutura para a lavoura do café.

Se a crise atingiu cada região do Estado com maior ou menor intensidade, em função de como cada uma delas se inseriu na expansão cafeeira, após a crise essas regiões também tomaram rumos diferenciados. Como visto anteriormente, na Paulista e na Mogiana a infraestrutura implantada com a invasão do café e a diversificação de culturas que se seguiu foram fatores fundamentais para que o progresso aí permanecesse, evitando o abandono das terras como ocorreu no Vale do Paraíba.

Segundo MILLIET (1946:54), nessas duas regiões:

"a decadência do café teve por consequência não o abandono das terras, como na zona norte, mas o ensaio de outras culturas substitutivas. A rede de estradas de ferro e de rodagem, que se abriu atrás da invasão cafeeira, constituiu raízes bastante profundas para uma permanência do progresso... A citricultura e o algodão se instalaram. Em 1935, a Paulista produz 2 milhões de arrobas de algodão e a Mogiana 1.200.000 caixas de laranja... A indústria também vai aos poucos penetrando os centros mais favoráveis."

Em São Carlos, até 1918, a cultura cafeeira mantém-se em ritmo constante. Nesse ano, a geada que afetou drasticamente a economia do café deixou suas marcas na região e principalmente no município. A partir daí

a lavoura cafeeira entra em declínio constante, principalmente depois da crise de 1929 (KERBAUY, 1980:27/28).

MONBEIG (1984:185) ao escrever sobre o município na década de vinte, fala que:

"Em São Carlos, não mais considerada a rainha do café, há sintoma de fadiga: a perda é de seis milhões de pés."

Um município que recebeu um dos maiores contingentes de imigrantes no início do século, e que pelo que consta praticamente não plantou novos cafezais após a grande geada de 1918, acabou perdendo muitos colonos que preferiam ir à procura de novas terras mais a oeste onde os salários eram maiores, além dos contratos permitirem culturas intercalares e como diz o mesmo autor (1984:157/158):

"... A superioridade dos salários das zonas novas é sobretudo sensível, durante os períodos de prosperidade econômica e dinheiro fácil. Disso tinha São Paulo experiência, entre 1885 e 1900, e a teve de novo, entre 1925 e 1929... Não provem exclusivamente dos salários e atração das zonas novas sobre os colonos, mas também, e talvez ainda mais, das condições gerais dos contratos e particularmente das possibilidades de praticar culturas intercalares... São prejudiciais as culturas intercalares, numa plantação já bem formada. Nesse caso recebe o colono um pequeno terreno ou para cultivá-lo, ou para nele apascentar os seus animais, caso os tenha. Os colonos preferem, evidentemente, o sistema de culturas intercalares, que exige trabalho menos fatigante, pois não precisam caminhar muito entre suas casas, o cafezal e suas próprias culturas."

Assim, se em São Carlos, no auge da cultura, tinha, conforme os dados da Estatística Agrícola de 1904/05, 10.374 empregados nas propriedades agrícolas sendo esses 1.926 nacionais e 8.448 estrangeiros, tem esse

número reduzido a 7.599 trabalhadores, em 1934/35.

Na década de 20, em alguns municípios da região já havia alguns fazendeiros vendendo suas propriedades "em lotes ou no todo". No Boletim do Departamento Estadual do Trabalho do 4º Trimestre de 1920, referindo-se a São Carlos, no entanto:

"Não há no município de São Carlos quem esteja retalhando suas terras. É de se lastimar que isto assim seja, escreve-nos o Sr. Azeo F. de Camargo, de Fortaleza, pois este fato tem sido a causa da diminuição da população."

Foi só após a crise de 29 que o número de estabelecimentos rurais aumentou significativamente no município, passando de 314 estabelecimentos em 1920, para 322 em 1927, 454 em 1930 e em 1937 havia 533 estabelecimentos (ver quadro 19 do Anexo I).

Após a grande crise, tentou-se implementar no município diversas culturas. Em 1935, São Carlos chegou a ser a nona cidade do Estado na produção de algodão.

Se, por um lado, a expansão de algodão deveu-se à crescente demanda pela indústria, por outro, também foi uma alternativa para os fazendeiros de café arruinados pela crise. Vendendo ou arrendando parcelas de suas propriedades, em geral as de pior qualidade, para famílias de arrendatários ou parceiros, mobilizavam recursos monetários, ao mesmo tempo em que geravam nova fonte de mão-de-obra para a colheita do café. Em grandes fazendas, também foi comum o cultivo dessa cultura em caráter transitório, visando formação de pastagens (LOUREIRO, 1984:25/26).

O tomate, cultivado por pequenos produtores, também vai ser produzido em escala relativamente significativa no município.

No entanto, gradativamente as terras de lavoura foram sendo substituídas pela pecuária. Os pés de café vão sendo arrancados e em seu lugar forrageiras vão sendo semeadas. Em 1939, São Carlos torna-se um centro de produção leiteira e neste mesmo ano a Usina Delícia é transformada

na Cooperativa de Laticínios de São Carlos⁽¹⁾ (KERBAUY, 1980:42).

O fato interessante é que o município, nesse momento tomou um caminho particular. Enquanto a opção feita por outras localidades da região para substituir o café, foi a cana-de-açúcar, São Carlos mesmo inserido no "quadrilátero da cana" teve como caminho mais viável após os anos 30, o desenvolvimento da pecuária.

Alguns fatores podem ser levantados para explicar essa particularidade: a) diferentemente de outros municípios da região, a economia local não esteve, anteriormente ao café, ligada à produção de açúcar. Os que estiveram, após a crise, reativaram-na, passando a aplicar capitais nessa atividade, iniciativa esta facilitada pela existência de engenhos na proximidade. São Carlos, porém, tinha, numa época de transportes difíceis, a usina mais próxima distante de 30 a 40km, a Usina de Tamoyo, localizada em Araraquara; b) as terras do município em sua grande parte de arenito e então esgotadas pela lavoura cafeeira, iriam exigir recuperação cara e trabalhosa assim, a alternativa mais viável foi a formação de pastagem, em grande parte da antiga área dos cafezais e das lavouras de subsistência. Realmente, o Diagnóstico - 6ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (1972:2/17), diz que em São Carlos 62% aproximadamente do solo é de latossol vermelho - fase arenosa considerado não adequado para a agricultura, adaptando-se melhor com pastagens e reflorestamento, em função da baixa fertilidade natural que apresentam⁽²⁾.

Os grande cafeicultores talvez percebendo a queda de fertilidade do solo, entre outras coisas, muito antes da crise de 29 já se preocupavam com a pecuária. Em 1916 já se encontravam indicações neste sentido, tanto que, neste ano, estava sendo realizada a 4ª exposição regional de animais no município, sendo que as três primeiras também tenham sido realizadas.

(1) No Boletim do Departamento Estadual do Trabalho do 4º Trimestre de 1922 já se falava em desenvolvimento da pecuária e havia a presença de usina de beneficiamento de leite e fábrica de manteiga no município.

(2) Embora exista grandes manchas de terra roxa, boa para agricultura (32% aproximadamente) do solo do município.

No Almanaque Álbum de São Carlos (1916-17:54), referindo-se a esta exposição de 1916:

"A pecuária tem feito notáveis progressos, havendo alguns lavradores, como o Dr. Carlos Botelho, coronel José Augusto de Oliveira Salles, José Franco de Camargo, Carlos Alberto do Amaral, Alencar da Cruz Leite, Salvador Penteado e outros, que se dedicam à criação das melhores raças de gado vacum e cavalari."

No Almanaque Anuário (1928:90) ainda referindo-se à 4ª exposição de animais:

"Há muito compreenderam os adiantados e esclarecidos criadores sancarlenses vantagens decorrentes das exposições de animais, como meio de incrementar a indústria pastoril de tão grande importância para o nosso Estado, quer considerada de per si, como fonte de renda, quer como valiosa e prestável auxiliar da lavoura cafeeira".

Quanto às lavouras, o café não é eliminado por completo no município neste processo de mudança. Ainda em 1955, segundo dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, este é o produto de maior valor da produção, \$55.807,00, seguido da cana-de-açúcar \$40.000,00 que vai adquirir maior importância a partir de meados da década de 60, vindo a seguir o milho com \$21.936,00, o algodão com \$19.710,00, o tomate com \$14.000,00 e o arroz com \$10.710,00.

KERBAUY (1980:51), comparando a participação de São Carlos com os municípios da micro-região 242 em termos de valor da produção das lavouras, para 1965, confirma a pequena expressão do município até esta época. Nas palavras da autora:

"sendo o segundo município da região em população, ocupa o décimo segundo lugar no que diz respeito ao valor da produção agrícola."

Paralelamente às transformações que ocorreram na agropecuária local, a partir dos anos 30, o centro urbano passou a se sobressair como polo dinâmico da economia. Paralelamente à falta de maior expressão da produção rural no municípios, nota-se um crescimento do setor de serviços, originariamente ligados ao café, e uma dinamização das atividades industriais, que aos poucos vai alcançando um grau de diversificação maior, abandonando as características artesanais.

Resumindo o conjunto de observações aqui efetuadas, o município de São Carlos desenvolveu-se no bojo da marcha pioneira do café em direção ao oeste paulista, em fins do século XIX. Ou seja, no processo em que estão intimamente correlacionados: exportação de capital estrangeiro para o Brasil, expansão da cafeicultura comercial voltada para o mercado externo, grande empresa agrícola, desenvolvimento ferroviário e imigração. São Carlos foi um grande centro cafeeiro e nos primeiros anos do século XX, só perdia para Ribeirão Preto e São Simão, tanto em termos de produção de café como em termos de números de imigrantes que entraram no município. Após a crise de 29, com a quebra da hegemonia monocultura do café, São Carlos seguiu um caminho particular na região. Enquanto muitos municípios voltaram a cultivar cana, São Carlos que não tinha essa tradição antes do café e dadas as características do solo tem como alternativa imediata, a formação de pastagens para a produção leiteira. Além disso, após os anos 30, o município passou a se sobressair como polo de atração urbana e industrial.

ANEXO 1

QUADRO 1 - Evolução da Produção de Café na Região da Paulista

Ano	Produção (arrobas)	%
1836	8.461	1,43
1854	223.470	6,32
1886	2.458.134	23,69
1905	7.417.916	20,71
1920	4.148.462	18,77
1935	6.110.213	11,64

Fonte: Milliet (1946:18/20) e Estatística Agrícola e Zootécnica (1905).

QUADRO 2 - Valor da Produção Agrícola do Município de São Carlos do Pinhal em 1899

Produto	Valor
Café	9.600:000\$000
Milho	1.125:000\$000
Feijão	220:000\$000
Arroz	175:000\$000
Aguardente	66:000\$000
Farinha de mandioca	35:000\$000
Polvilho	28:000\$000
Fumo	4:000\$000
Batata doce	3:300\$000
Batata	2:400\$000

Fonte: Estatística Agrícola do Município de São Carlos do Pinhal (1899:9).

QUADRO 3 - Evolução da Produção, Área e Produtividade de Café no Município de São Carlos

Ano	Produção (arrobas)	Área plantada (alqueires)	Produtividade (a/alq)
1904/05	1.097.975	12.521	87,7
1920	693.200	10.885	63,8
1934/35	460.684	7.717	59,7

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo e Recenseamento do IBGE - 1920.

QUADRO 4 - Evolução do Número de Cafeeiros em Produção e Produção por Mil Pés no Município de São Carlos

Anos	Cafeeiros produzindo	Produção	Arrobas/mil pés
1904/05	25.049.217	1.097.975	43,8
1906/07	25.049.217	2.214.550	88,4
1909/10	25.049.217	1.501.472	59,9
1914/15	25.049.217	1.665.180	66,4
1917/18	25.049.217	1.120.000	43,9
1919/20	25.049.217	693.200	27,7
1924/25	25.049.217	980.000	39,1
1927/28	19.018.980	880.000	46,2
1932/33	17.378.720	614.512	35,3
1934/35	15.206.922	460.684	30,2

Fonte: O CAFE - Estatística de Produção e Comércio.

QUADRO 5 - Produção de Café na Paulista - arrobas

Municípios	1854	1886	1905	1920	1935
Rio Claro	99.670	600.000	686.321	312.127	155.982
Anápolis	-	-	191.800	116.140	78.854
Araras	-	500.000	407.999	244.107	292.083
Araraquara	2.000	140.000	895.000	410.320	839.125
Barretos	-	-	70.930	88.947	188.142
Cajobi	-	-	-	-	231.354
Olimpia	-	-	-	310.227	524.860
Colina	-	-	-	-	381.895
Guaíra	-	-	-	-	39.685
Jaboticabal	-	40.000	1.011.950	306.787	525.438
Bebedouro	-	-	261.440	255.726	470.360
Monte Azul	-	-	-	123.440	139.603
Pitangueiras	-	-	241.200	162.860	239.842
Guariba	-	-	-	103.220	206.420
Viradouro	-	-	-	73.973	295.452
Descalvado	-	416.667	527.368	267.727	238.833
Porto Ferreira	-	-	130.750	54.940	16.525
Pirassununga	-	-	228.390	112.047	187.730
Leme	-	-	49.565	46.187	87.597
Sta.Cruz da Conceição	-	-	52.813	72.367	-
Limeira	121.800	200.000	401.505	167.240	229.577
Palmeiras	-	244.800	360.850	155.860	145.162
São Carlos	-	66.667	1.097.975 ⁽¹⁾	693.193 ⁽¹⁾	460.684 ⁽²⁾
Santa Rita	-	250.000	802.060	238.100	109.331

Obs.: ⁽¹⁾ O município se coloca como o primeiro produtor.

⁽²⁾ O município se coloca como o quinto produtor.

Fonte: Para os anos 1854, 1886, 1920 e 1935 Milliet, (1946:56) e Estatística Agrícola e Zootécnica (1905).

QUADRO 6 - Principais Municípios Produtores de Café do Estado de São Paulo
1904/05

Município	Total de pés de café	Produção (arrobas)
Ribeirão Preto	29.094.365	2.040.036
São Simão	26.782.000	1.466.675
São Carlos	25.049.217	1.097.975
Jaboticabal	17.422.800	1.011.950
Amparo	18.763.000	902.331
Araraquara	18.212.000	895.000

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1904/05.

QUADRO 7 - Composição da População Rural de São Carlos em 1899

Origem	nº	%
Italianos	10.396	66,27
Espanhóis	1.356	8,64
Brasileiros pretos	1.242	7,92
Brasileiros brancos	1.028	6,55
Portugueses	886	5,65
Austríacos	447	2,85
Alemães	211	1,34
Polacos	119	0,76
Franceses	3	0,02

Fonte: Estatística Agrícola do Município de São Carlos (1899:6).

QUADRO 8 - Imigração em São Carlos de 1901 a 1930

Nacionalidade	nº	%
Espanhola	6.131	36,07
Italiana	5.881	34,60
Portuguesa	2.718	15,99
Lituana	477	2,81
Japonesa	493	2,90
Austríaca	356	2,09
Outras	3.276	5,54
Total	19.332	100,00

Fonte: Melo (1975:134).

QUADRO 9 - São Carlos - Utilização da Área Total das Propriedades

1904/05
(em alq.)

Área total	51.730,7
Cultivadas	13.926,0
Matas	7.266,5
Capoeiras e cerrados	5.556,5
Campos e pastos	23.923,5
Brejos e terras imprestáveis	1.058,2

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica (1904/05).

QUADRO 10 - Estrutura Fundiária do Município de São Carlos, 1904-05

Estratos	Nº de estabelecimentos	%	Área	%
0 a 25 alqueires	107	34,0	1.423,25	2,8
25 a 250 alqueires	170	54,0	16.608,25	32,0
mais de 250 alqueires	36	12,0	33.814,00	65,2
Total	313	100,0	51.845,50	100,0

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica (1904/05).



QUADRO 11 - Estrutura da Produção Cafeeira de Alguns Municípios Produtores do Estado de São Paulo (¹), 1904/05

Município	Total de produtores	Produtores com até 50.000 pés		Produtores com 50.000 a 100.000 pés		Produtores com mais de 100.000 pés	
		Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
São José	706	688	97	12	2	6	1
Bragança	1.111	1.067	96	29	3	15	1
Ribeirão Preto	254	143	58	38	13	73	29
São Carlos	270	144	54	39	14	87	32
Araraquara	338	230	68	61	18	47	14
Botucatu	332	272	82	33	10	27	8

(¹) Transcrito de Loureiro (1984:63).

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1904/05.

QUADRO 12 - Participação das Diversas Categorias de Produtores no Número de Cafeeiros Plantados⁽¹⁾ - São Paulo
1904/05

Municípios	Total de pés de café	Produtores com até 50.000 pés		Produtores com 50.000 a 100.000 pés		Produtores com mais de 100.000 pés	
		Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
São José	4.492.200	3.626.200	81	436.000	10	430.000	9
Bragança	10.569.800	7.111.700	67	1.092.100	11	2.366.000	22
Ribeirão Preto	29.094.365	2.051.135	7	2.953.323	10	24.089.907	83
São Carlos	25.049.217	2.992.700	12	2.868.535	11	19.187.982	77
Araraquara	18.212.800	4.087.000	22	4.085.000	23	10.040.000	55
Botucatu	12.328.517	4.170.420	34	2.650.097	21	5.508.000	45

(¹) Transcrito de Loureiro (1984:64).

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1904/05.

QUADRO 13 - Participação dos Produtores no Valor da Produção Cafeeira⁽¹⁾, São Paulo, 1904/05

(em mil réis)

Municípios	Valor total da produção	Valor da produção dos produtores com até 50.000 pés		Valor da produção dos produtores com 50.000 a 100.000 pés		Valor da produção dos produtores com mais de 100.000 pés	
		Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
São José	1.367.917\$	984.000\$	72	283.500\$	21	96.000\$	7
Bragança	5.342.272\$	3.566.235\$	66	831.037\$	17	945.000\$	17
Ribeirão Preto	15.300.270\$	564.750\$	4	1.284.270\$	8	13.451.250\$	88
São Carlos	8.234.812\$	649.425\$	8	866.250\$	11	6.706.500\$	81
Araraquara	6.712.500\$	1.111.875\$	17	1.623.750\$	24	3.960.000\$	59
Botucatu	6.722.587\$	1.685.887\$	25	1.601.700\$	24	3.435.000\$	51

(¹) Transcrito de Loureiro (1984:65).

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1904/05.

QUADRO 14 - Estrutura de Ocupação na Produção Cafeeira⁽¹⁾, São Paulo, 1904/05

Municípios	Nº de trabalhadores em fazendas com até 50.000 pés		Nº de trabalhadores em fazendas com 50.000 a 100.000 pés		Nº de trabalhadores em fazendas com mais de 100.000 pés	
	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
São José	2.011	85	243	10	100	5
Bragança	4.999	74	618	9	1.160	17
Ribeirão Preto	1.387	6	1.305	6	18.749	88
São Carlos	940	9	878	8	8.556	83
Araraquara	998	12	2.560	30	4.849	58
Botucatu	982	17	1.384	25	3.245	58

⁽¹⁾ Transcrito de Loureiro (1984:66).

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1904/05.

QUADRO 15 - Produtividade do Trabalho em Estabelecimentos Cafeeiros⁽¹⁾, São Carlos, 1904/05

	Sítios com até 50 mil cafeeiros	Fazendas com 50 a 100 mil cafeeiros	Fazendas com mais de 100 mil cafeeiros
Nº de trabalhadores	940	878	8.556
Nº de cafeeiros cultivados	2.992.700	2.868.535	19.187.982
Produtividade A (cafeeiros cultivados por tonelada)	3.184	3.267	2.242
Valor total gerado (em mil rês)	649.425\$	866.250\$	6.706.500\$
Produtividade B (valor gerado por trabalhador)	691\$	987\$	784\$

(¹) Transcrito de Loureiro (1984:67).

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica de 1904/05.

QUADRO 16 - Participação dos Estabelecimentos e da Área por Nacionalidade, São Carlos, 1904/05 e 1934/35

Nacionalidade	1904/05				1934/35			
	Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área	
	Número	%	Alqueires	%	Número	%	Alqueires	%
Brasileiros	252	80,5	49.040	94,8	225	46,8	40.121	78,3
Italianos	40	12,8	983	1,9	202	42,0	8.352	16,3
Portugueses	14	4,5	517	1,0	30	6,2	1.178	2,3
Outros estrangeiros	7	2,2	1.190	2,3	24	5,0	1.640	3,2

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica (1904/05 e 1934/35).

QUADRO 17 - Evolução do Preço da Terra em Alguns Municípios Escolhidos: Mil Réis por Alqueire em Valor Real (1939=100)⁽¹⁾

Municípios	1904/05	1916	1928	1938
São José dos Campos	300\$	204\$	236\$	494\$
Campinas	500\$	510\$	827\$	864\$
São Carlos	450\$	1.019\$	945\$	988\$
Ribeirão Preto	625\$	3.057\$	1.418\$	1.482\$
Botucatu	375\$	611\$	709\$	864\$

⁽¹⁾ Transcrito de Loureiro (1984:69).

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica, 1904/05. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura, do Estado de São Paulo, Seção de Estatística Agrícola e Zootécnica, O Café, Estatística de Produção e Comércio, 1916, 1928 e 1938.

QUADRO 18 - Crescimento da População na Região da Paulista

Municípios	1836	1854	1886	1920	1934
Rio Claro	-	6.654	20.133	57.800	62.050
Araras	-	-	9.579	25.613	24.234
Araraquara	2.764	4.965	9.559	48.119	66.916
Barretos	-	-	-	84.828	121.924
Jaboticabal	-	2.885	26.224	138.756	147.087
Descalvado	-	2.430	24.170	62.366	59.183
Limeira	-	5.045	15.879	32.550	40.723
Palmeiras	-	-	6.650	12.784	9.858
São Carlos	-	-	16.104	54.225	51.620
Santa Rita	-	-	6.495	20.207	16.247
Total	2.764	21.889	134.793	537.248	599.842

Fonte: Milliet (1946:56).

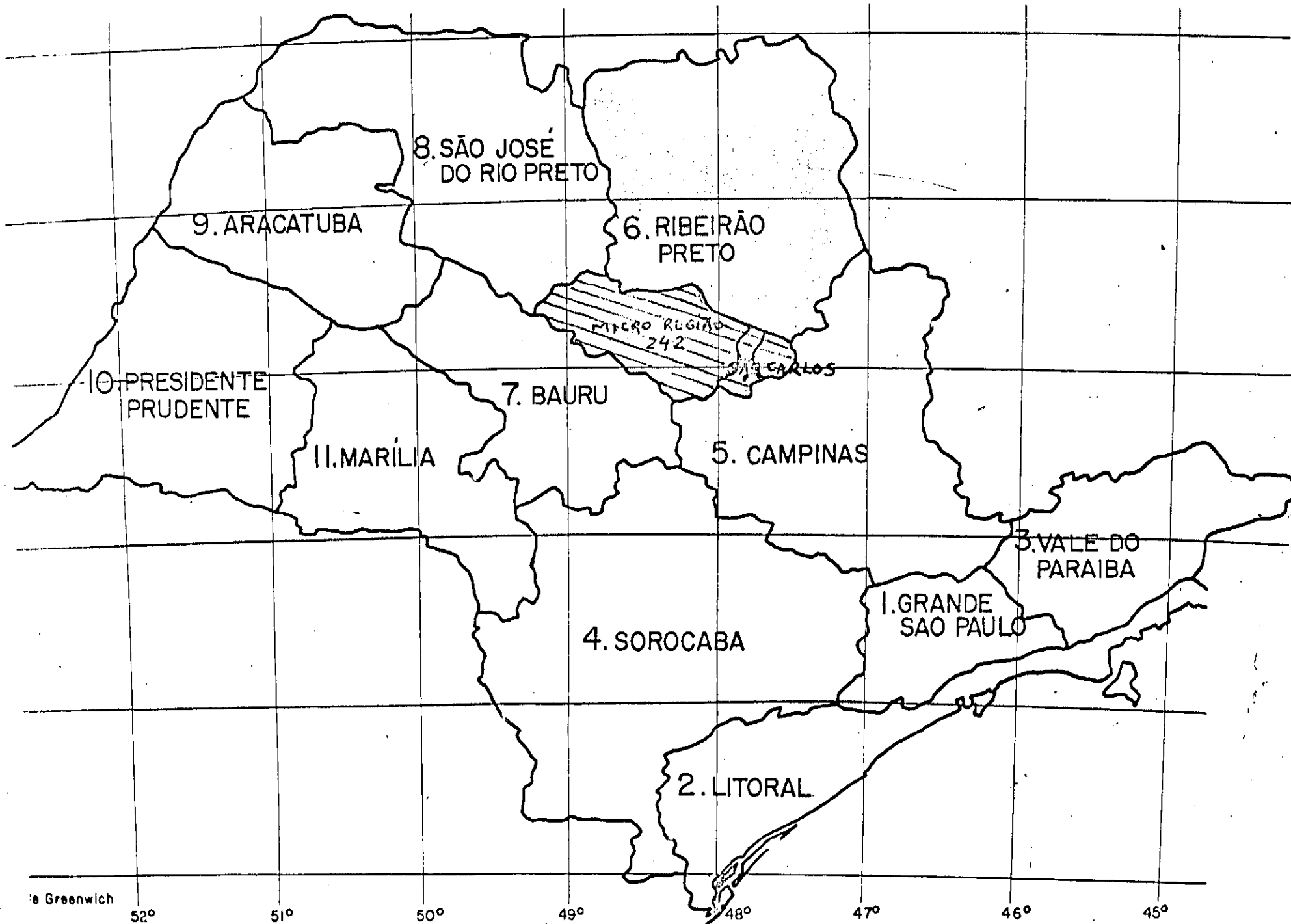
QUADRO 19 - Número de Estabelecimentos Agrícolas em São Paulo

1905	1920	1927	1930	1934	1937
313	314	322	454	481	533

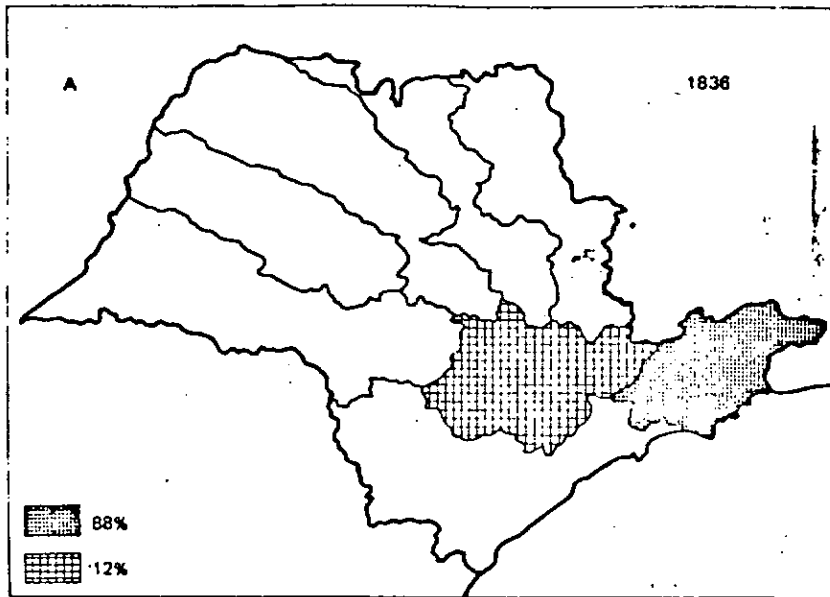
Fonte: 1905, 1930, 1934 e 1937 - Estatística Agrícola e Zootécnica.

1920 - Recenseamento Agrícola do IBGE.

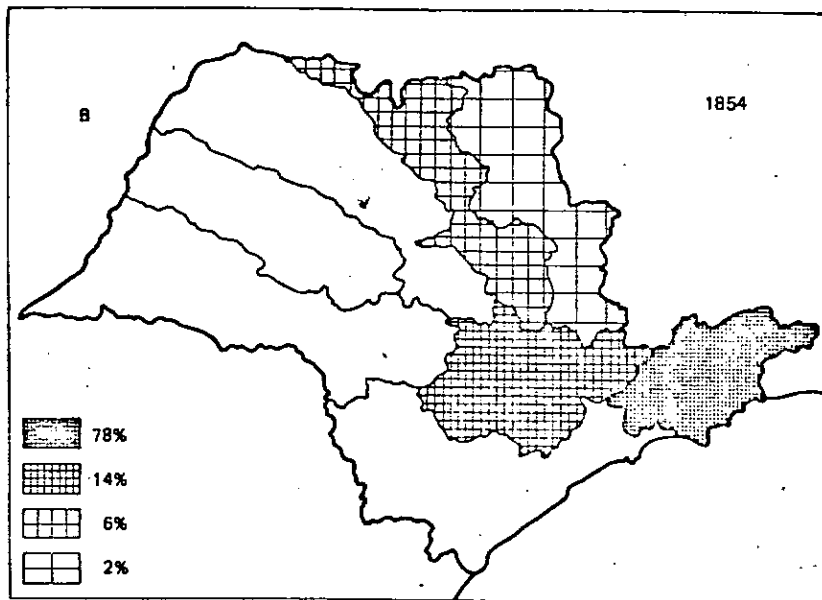
1927 - Almanaque de São Carlos.



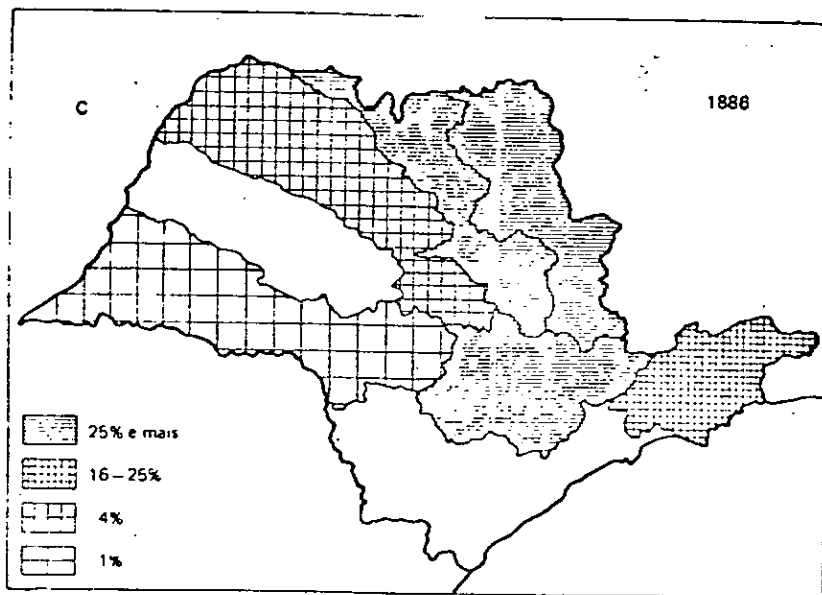
Fonte: Diagnóstico - 6a. Região Administrativa (1972).



Situação do café em 1836

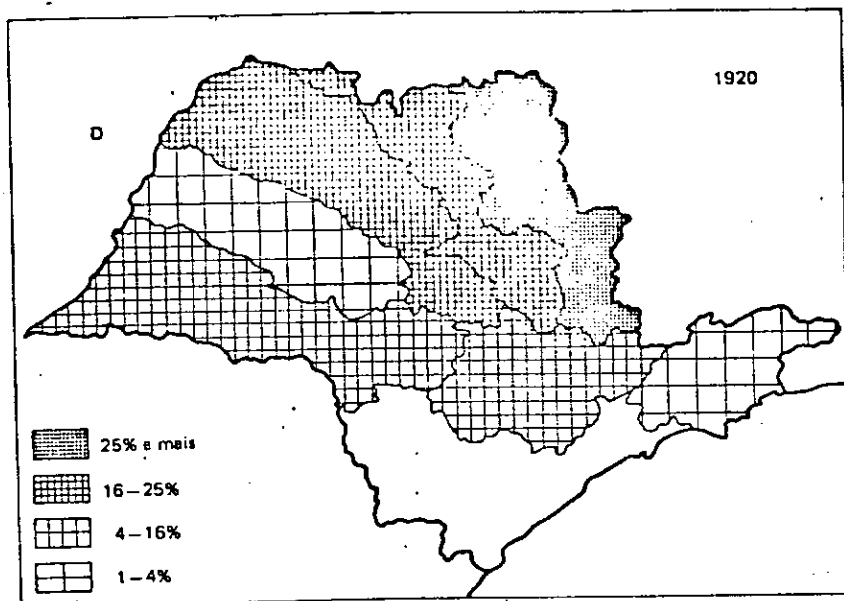


Situação do café em 1854

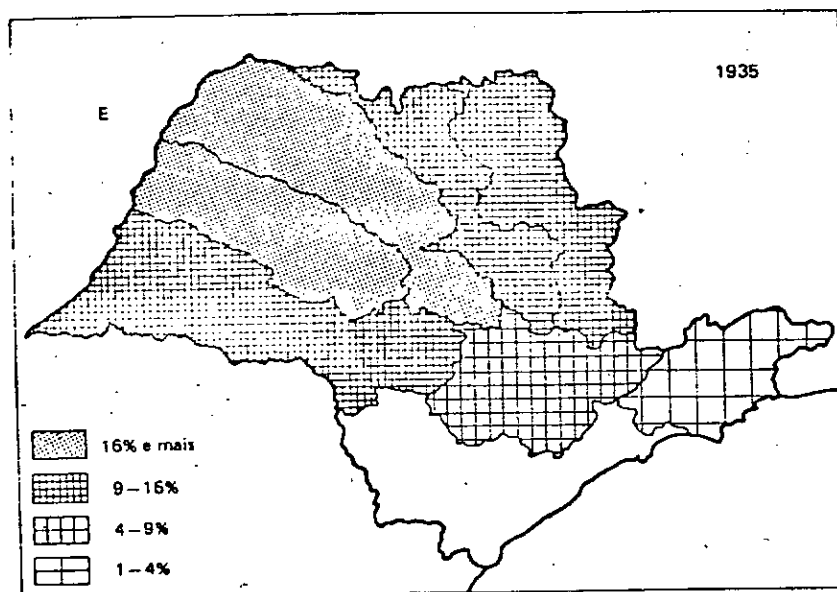


Situação do café em 1886

MAPA 3 - Situação do Café em 1920 e 1935



Situação do café em 1920



Situação do café em 1935

Fonte: Milliet (1946:26/27).

CAPÍTULO II - TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA LOCAL: A INDUSTRIALIZAÇÃO

As principais modificações que caracterizaram os anos pós-crise na região⁽¹⁾ foram:

- a) diversificação agrícola, que além do café, passou a culti-
var algodão, cana, laranja, pastagens para gado de corte, leite, ou se-
ja, trata-se de uma região com grande participação de produtos de desti-
nação agro-industrial e/ou exportação;
- b) processo crescente de urbanização;
- c) deslocamento das atividades artesanais para a cidade e de
senvolvimento da industrialização.

O item a será desenvolvido em capítulo posterior, mas é impor-
tante reter aqui, que nessa região o aproveitamento de matérias-primas
locais foram de grande importância para a indústria regional, como no ca-
so das usinas de açúcar e álcool, frigoríficos, indústrias de suco de la-
ranja, rações, calçados, móveis, têxteis, laticínios e abatedouros.

A década de 30 é um marco do ponto de vista histórico e do pro-
cesso de desenvolvimento econômico brasileiro. Neste período ocorrem im-
portantes modificações a nível econômico, político e social. Se nesse mo-
mento, a burguesia agrária-comercial, ligada ao setor externo ainda não
tinha perdido o domínio completo do poder político, é aí que o setor in-
dustrial conquista algumas das condições políticas que viriam a favore-
cer a hegemonia sobre o setor agrário (KAGEYAMA, 1979:3).

Como já mostrado anteriormente por outros estudos, foi no bojo

(¹) A referência regional para os dados posteriores a 1940 será dada a-
través da divisão estabelecida pelo IBGE para o Estado de São Paulo,
a qual enquadra o município de São Carlos na micro-região-242-Arara-
quara, a qual pertence a 6^a Região Administrativa do Estado de São
Paulo - Região de Ribeirão Preto. A adoção desse critério possibili-
tará uma maior homogeneidade dos dados a partir do Censo de 1940. Es-
ta micro-região homogênea, tal como classificada pelo IBGE é compos-
ta por 17 municípios: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança
do Sul, Descalvado, Dobrada, Dourado, Ibatê, Ibitinga, Itápolis, Ma-
tão, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Lúcia, São Carlos e
Tabatinga.

da economia cafeeira, nas atividades de comercialização do café, que o desenvolvimento das relações capitalistas (se mostrou) é mais acelerado. Foi aí que acumulou-se o capital que iria voltar-se para a indústria a partir da década de 30. Tanto assim é, que a indústria nascente brasileira tende a concentrar-se na cidade do Rio de Janeiro e sua periferia e no Estado de São Paulo. Nas palavras de SÉRGIO SILVA (1976:17):

"É na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira."

2.1 - Crescimento do Setor Urbano e Início da Industrialização

Os efeitos da crise de 29 que atingiu em cheio a economia cafeeira, não se dar de forma diferente em cada região do Estado, em função de como cada uma delas se inseria no ciclo de expansão do café.

Alguns autores como CASTRO (1975), KAGEYAMA (1979) mostraram que regiões como a Paulista, a Mogiana e a região nova, que tiveram maior capitalização, maior desenvolvimento das forças produtivas com a cultura do café, foram as que retomaram com maior força o ritmo de acumulação, reafirmando-as nas décadas seguintes como as mais dinâmicas.

Nos anos 40, o processo de urbanização já era muito intenso na capital e algumas cidades próximas a ela. Embora não fosse um fenômeno generalizado, na região de Ribeirão Preto a urbanização já se fazia notar no ano de 1940. Nesse ano são os municípios de Ribeirão Preto e São Carlos situavam no escalão de 50-80% de urbanização (ver gráfico 1 do Anexo II). Na década seguinte, Araraquara e Franca também acompanharão os dois primeiros, conforme gráfico 1 do Anexo II.

"... estes graus mais altos de urbanização correspondem aos municípios servidos pelas rodovias Anhanguera e Washington Luis, como também pelas ferrovias Mogiana e Paulista. Estes eixos viários exerceram um papel des

tacado na formação dos centros situados junto a eles."
(DIAGNÓSTICO - 6ª REGIÃO ADMINISTRATIVA, 1972:3/15).

Considerando-se a micro-região 242, observa-se que São Carlos e Araraquara projetam-se como os dois pólos de atração urbana e industrial.

De acordo com o Censo Demográfico de 1980, 31,9% e 29,6% da população da micro-região estão concentradas nos municípios de Araraquara e São Carlos, respectivamente (ver quadro 1 do Anexo II).

O Censo Industrial para o mesmo ano mostra que 32,6% e 32,2% do valor da produção industrial da micro-região corresponde aos municípios de São Carlos e Araraquara, respectivamente (ver quadro 2 do Anexo II).

A partir de 1940, o município de São Carlos passa a ter atividade industrial como principal polo econômico do município. Essa transformação a nível local nesse período, acompanha o processo de emergência desse setor como o mais dinâmico da economia brasileira (KERBAUY, 1980:44).

No entanto, foi ainda em fins do século XIX que a atividade industrial teve seu início no município. Tratava-se, sem dúvida em sua maioria, de empreendimentos artesanais como: bebidas, móveis, sabão, fundição, doce, serralha, tipografia, ladrilho, beneficiamento de café, fábrica de tecidos, oficinas de carros e carroças. Empreendimentos estes ligados basicamente à infraestrutura do café até a crise da economia cafeeira, mantendo-se em ritmo lento, porém, constante de crescimento (MELO, 1975: 100). (ver quadro 3 do Anexo II).

Como pode ser observado pelos dados a partir dos anos 20, há um ritmo mais intenso da atividade industrial que começa a apresentar estabelecimentos de pequeno e médio porte. Em 1930, Johann Faber, de capital alemão, que apenas distribuía lápis no Brasil, compra as ações de uma fábrica de lápis local, instalando-se em São Carlos. A partir desses anos os estabelecimentos vão perdendo suas características artesanais.

Segundo o DIAGNÓSTICO - 6ª REGIÃO ADMINISTRATIVA (1972:3/3).

"São Carlos, após a crise do café, projetou-se, regionalmente, como centro industrial, possuindo importantes indústrias de calçados, alumínio, óleos, tapetes,

indústrias têxteis, etc".

Em citações de jornais do município, já no ano de 1939, percebe-se uma preocupação da Prefeitura do município em estimular o desenvolvimento da indústria local, visando fixar uma parte da mão-de-obra que estava sendo liberada pela agricultura.

No Jornal Correio de São Carlos de 10 de janeiro de 1939:

"São Carlos - todos sabemos - é uma cidade intensamente fabril. Principalmente depois da grande crise cafeeira, que fez convergir para o centro urbano grande número de antigos colonos atraídos pelo trabalho nas fábricas, a nossa indústria incrementou-se consideravelmente... predominam as de móveis, seguindo-se as de calçados diversos, ferragens e artefatos de tecidos. Com o recente Ato da Prefeitura, concedendo favores especiais às indústrias, o parque fabril local terá, por certo, um maior desenvolvimento."

Um fator importante na caracterização das mudanças ocorridas em São Carlos, a partir de 1940, foi o crescimento da população e, particularmente, o crescimento da zona urbana.

Em virtude da decadência cafeeira, a região perde, até certo ponto, a força de atração que vinha exercendo sobre os contingentes populacionais. As novas culturas comerciais que foram sendo introduzidas não utilizavam tanta mão-de-obra quanto a cultura do café. Assim, parte dessa mão-de-obra desloca-se para os centros urbanos enquanto uma grande parcela dessa população migra para as novas áreas ao oeste paulista e norte do Paraná, onde o café continuava sua marcha desbravadora.

Como pode se verificar no quadro 4 do Anexo II, a micro-região apresentou, durante os anos 40, queda de população total, em função de dois movimentos bem definidos: na agricultura o fenômeno da pecuarização, ocupando áreas abandonadas pelo café e no setor urbano uma dificuldade em absorver uma parte dessa mão-de-obra (DIAGNÓSTICO 6^a REGIÃO ADMINISTRATIVA, 1972:3/6).

Em relação a São Carlos (ver quadro 5 do Anexo II) observa-se que a população total sofre um decréscimo mesmo antes da década de 40. Isso porque o município, já nos anos 30, vai substituindo áreas plantadas com café por pastagens. Em São Carlos, a pecuarização não é uma alternativa temporária, mas sim o caminho mais viável após a crise do café. Como visto anteriormente, grande parte do município possui terras de baixa fertilidade natural, que foi esgotada com a cultura cafeeira. Assim, ainda nos anos 30, São Carlos começou a desenvolver uma produção leiteira. Nas palavras de KERBAUY (1980:42):

"São Carlos torna-se em 1939 centro de produção leiteira. Fundam-se agremiações de classe e cooperativas, visando a organização desta atividade, como a Cooperativa de Laticínios de São Carlos."

Como esse tipo de atividade utiliza bem menos mão-de-obra do que as lavouras, naturalmente acaba expulsando um maior número de pessoas da zona rural.

O Censo Demográfico do IBGE, para 1940, aponta que 12 municípios em todo o Estado apresentavam para este ano, mais de 50% da população residente na zona urbana. Seriam eles: Capital (94,9%), Santo André (86,3%), Guaratinguetã (53,0%), Lorena (59,9%), Taubaté (52,9%), Campinas (63,4%), Rio Claro (51,9%), Bauru (61,1%), Ourinhos (50,8%), Santos (94,3%), São Vicente (75,1%) e São Carlos (53,0%).

É a partir da década de 50 que um número cada vez maior de municípios apresentariam mais da metade de sua população residente na zona urbana e entre estes inclui-se Araraquara com 52,8%. Para a micro-região 242, esta inversão iria ocorrer só a partir de 1960.

Em São Carlos é só a partir de 1960 que a população total apresentou um acréscimo em função de uma grande aceleração no processo de urbanização e industrialização. No entanto, como visto anteriormente, vinte anos antes esta tendência já estava colocada, com 53% das pessoas morando na cidade.

Os dados populacionais para a região, referentes ao período 1940-1980, apontam um crescimento da ordem de 43%. O município com maior número de habitantes é Araraquara, que passou de uma população de 67.724 habitantes em 1940, para 128.109 em 1980, apresentando um crescimento da ordem de 89%. São Carlos coloca-se como o segundo maior município da micro-região, tendo sua população passado de um total de 48.609 habitantes em 1940, para 119.542 em 1980, apresentando, portanto, um crescimento da ordem de 145%. Verifica-se assim que São Carlos apresenta, para o mesmo período, um crescimento em termos percentuais, significativamente maior que o do município mais populoso da região. O terceiro município mais populoso, Matão, guarda uma longa diferença com relação a São Carlos, possuindo em 1980, uma população de 38.125 habitantes.

De fato, Araraquara e São Carlos atuam como os principais polos de concentração urbana, estando os demais municípios da micro-região em grau mais acentuado, vinculados diretamente à agricultura.

Como será detalhado mais à frente, estes dois municípios também concentram as atividades industriais da micro-região, sendo que São Carlos até a década de 80 leva uma vantagem tanto em termos de número de estabelecimentos, como em termos de pessoal ocupado e mesmo do valor da produção. O que mais diferencia a indústria dos dois municípios é o peso de cada atividade industrial. Em função de uma agricultura mais desenvolvida, em Araraquara é maior a participação de indústrias alimentares, inclusive com grande participação de culturas destinadas à industrialização como cana e laranja. Em São Carlos, como já anteriormente citado, as características do solo em grande parte de qualidade ruim, foi um dos principais fatores da presença de área significativa de pastagens.

Uma análise dos dados fornecidos pelo IBGE sobre a população economicamente ativa por atividades (ver quadro 6 do Anexo II) apresenta para São Carlos uma população menor que trabalha na zona rural, no período de 40 a 80, quando comparado com Araraquara e o Estado de São Paulo. A participação da população economicamente ativa no setor industrial, no entanto é superior para o município em todo o período. São para o

ano de 1980 é que a participação média para o Estado de São Paulo ultrapassa a de São Carlos.

2:2. - Indústria - Participação Crescente em São Carlos

As atividades industriais, em São Carlos, aos poucos vão crescendo e alcançando um grau de diversificação cada vez maior e abandonando as características artesanais. (KERBAUY, 1980:51).

Em 1960, segundo o Censo Industrial do IBGE, dos 264 estabelecimentos, 20,4% são do ramo mobiliário e madeira 15,9% são de produtos alimentares, 11,7% de metalurgia, 9,0% de vestuário, calçado e artefatos de tecidos, 8,3% de couros e peles e produtos similares perfazendo 65,3% do total de estabelecimentos do município.

Conforme coloca KERBAUY (1980:51):

"Estas atividades industriais não se realizam apenas em pequenos estabelecimentos, mas também em empresas médias e grandes, cuja produção atende ao mercado nacional".

Entre as indústrias do município que atendem o mercado nacional estão:

Companhia Brasileira de Tratores (CBT), Indústria Pereira Lopes S/A (que fabricam as geladeiras Climax e também motores para outras marcas), Fiação e Tecelagem Germano Fehr, Brocas Diamantul, Fábrica de Tapetes São Carlos, Frigorífico São Carlos do Pinhal S/A, Lápis Johonn Faber Ltda e Indústria de Produtos Alimentícios Hero.

Acompanhando o valor da produção industrial da região, pelo quadro 7, do Anexo II), pode-se perceber o crescimento destas atividades no município de São Carlos.

Se o valor da produção é um pouco maior em São Carlos em relação a Araraquara, o mesmo não se verifica quando se compara o número de estabelecimentos e pessoal ocupado (ver quadro 8 do Anexo II).

Mesmo com um valor da produção inferior nos anos 50 e 60, São Carlos possui um maior número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, sendo que com o passar das décadas, o número de pessoal ocupado aumenta mais que proporcionalmente em relação ao número de estabelecimentos no município.

KERBAUY, (1980:52), tenta explicar essas diferenças:

"pela presença de um maior número de pequenos estabelecimentos industriais em São Carlos do que em Araraquara, mas deve-se levar em conta que o ritmo de tais estabelecimentos em Araraquara é menos acelerado do que em São Carlos".

Os dados do Censo Industrial de 1980, mostram que em São Carlos, dos Cr\$27,7 bilhões do valor da produção, Cr\$15,0 bilhões são referentes ao gênero mecânica, Cr\$2,6 bilhões referentes ao gênero têxtil e Cr\$2,2 bilhões referentes a produtos alimentares. No entanto, para Araraquara, dos Cr\$27,4 bilhões, Cr\$16,5 bilhões referem-se a produtos alimentares, Cr\$3,5 bilhões referem-se ao gênero mecânica e Cr\$2,8 bilhões refere-se ao gênero química (ver quadro 9 do Anexo II).

Em 1967, São Carlos possuía o maior índice de diversificação da Região de Ribeirão Preto e um dos maiores do Estado de São Paulo e nas palavras do DIAGNÓSTICO - 6ª REGIÃO ADMINISTRATIVA (1972:5/20) este fato:

"... pode em parte ser explicado ao se considerar o seu parque fabril como prolongamento da Região de Campinas, cujo índice (de diversificação), se situa entre os mais elevados do Estado".

Se por um lado, São Carlos parte do eixo industrial de descentralização das indústrias da grande São Paulo, um outro fator de análise específico do município foi fundamental para que se verificasse esta diversificação. A agricultura local desenvolveu a pecuária leiteira que retém pouca mão-de-obra e, ao mesmo tempo, nos anos 40, 50 e 60, por motivos já colocados anteriormente, não desenvolveu atividades como cana e

laranja. Essas culturas, tendência da região, onde é significativa a presença de Usinas de açúcar e álcool, indústrias de suco de laranja, de óleo, calçados, etc. é que vão fornecer um peso bem maior em termos de valor da produção das indústrias alimentares.

Assim, no município, a agricultura não forneceu muitos insumos para indústria, nesse período, no entanto liberou capital para o desenvolvimento de outros ramos de indústria. Além disso, a agricultura poupadora de mão-de-obra, acabou sendo um incentivo para o desenvolvimento dessa indústria, já que o município estava perdendo parte de sua população. Neste sentido, como visto anteriormente, ainda no fim dos anos 30 a Prefeitura local criou políticas de incentivo à industrialização.

De qualquer forma, conforme quadro 10 do Anexo II, se o valor da produção industrial do município é muito superior ao valor da produção agropecuária, este último sofreu elevação de 171% de 1970 para 1980.

Em destaque no município de São Carlos, nos anos 70: Companhia Bras. Tratores (tratores agrícolas e peças de ferro fundido para tratores); Pereira Lopes IBESA - Ind. e Com. S/A (refrigeradores e condicionadores de ar); Sociedade Intercontinental de Compressores Herméticos S.A. (compressores herméticos para refrigeradores), Lápis Johonn Faber S.A. (lápiz, penas, canetas-tinteiro e esferográficas; Fábrica de Tapetes São Carlos S.A. (tapetes de bouclê); Cooperativa de Laticínios de São Carlos (recebe 70% da produção da bacia leiteira de São Carlos); Ito Aves Integrada S.A. (avas abatidas); Malharia Azouri S.A. (camisas de malha de algodão); Tecelagem S. Carlos S.A. (toalhas de banho, rosto e jogos de toalhas para mesa); Conservas Alimentícias Hero S.A. (extrato de tomate e geléia de frutas); Fiação e Tecelagem Germano Fehr S.A. (fios e tecidos de algodão) e Diamantul J.K. Kmit & Sons S.A. (brocas e ferramentas desmontadas para perfuração do solo). (Agência do IBGE local).

Sintetizando o capítulo, após a crise de 29, São Carlos seguiu dois caminhos: na agricultura, desenvolvimento da pecuária leiteira e no setor urbano, desenvolvimento da indústria. O município ao tomar este caminho na agricultura, acabou propiciando uma indústria mais diversifica

da localmente. A região ao desenvolver cana, algodão, laranja, vai ter nos anos 70 maior participação de indústrias alimentícias quando comparados com São Carlos (no quadro II do Anexo II). Aliás, a pecuária ao liberar um número maior de pessoas da zona rural, foi responsável em parte pelo próprio processo da industrialização pois, ao provocar uma diminuição na população do município, acabou gerando um esforço maior em estimular a indústria, por parte das autoridades políticas local. Essa industrialização também foi possível graças à infraestrutura de transportes criados com o café tornando o município um polo de atração urbano industrial. Como visto anteriormente, por ali passava a Estrada de Ferro Paulista e depois a estrada de rodagem Washington Luis, uma das principais do Estado, atualmente com vias duplicadas.

E a agropecuária local como fica após este processo de industrialização local e regional? Isto será visto no capítulo III mas já se pode inferir que o setor será solicitado a responder às transformações que ocorreram nas últimas décadas na economia brasileira, e em particular, na economia paulista.

ANEXO II

QUADRO 1 - População Total, Urbana e Rural, 1980

	Rural	%	Urbana	Total
Araraquara	9.331	12,1	113.778	128.109
São Carlos	9.307	12,1	110.235	119.542
Micro-região (242)	76.821	100,0	371.873	448.694

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 1980.

QUADRO 2 - Valor da Produção Industrial em São Carlos, Araraquara e Demais Municípios da Micro-Região 242, 1980

(em Cr\$1.000)

São Carlos	27.739.208	(32,6%)
Araraquara	27.431.796	(32,2%)
Demais municípios (15)	30.012.340	(35,2%)

Fonte: Censo Industrial do IBGE, 1980.

QUADRO 3 - Estabelecimentos Classificados como Industriais, São Carlos

Ano	Nº de estabelecimentos
1894	110
1914	129
1924	183
1934	205

Fonte: Melo (1975:100).

QUADRO 4 - População Rural, Urbana e Total na Micro-Região 242, 1934/1980

Ano	População Rural	População Urbana	População Total	% Urbana/Total
1934	240.660	51.794	292.454	17,7
1940	205.648	107.795	313.443	34,4
1950	134.455	103.847	238.302	43,6
1960	121.210	173.405	294.615	58,8
1970	92.919	240.937	333.856	72,2
1980	76.821	371.873	448.694	82,9

Fonte: CAMARGO (1981) para os dados de 1934 e IBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

QUADRO 5 - População Rural, Urbana e Total em São Carlos, 1934-1980

Ano	População Rural	População Urbana	População Total	% Urbana/Total
1934	30.829	20.791	51.620	40,3
1940	22.863	25.746	48.609	53,0
1950	15.028	32.703	47.731	68,5
1960	11.194	50.851	62.045	82,0
1970	9.683	75.812	85.495	88,7
1980	9.307	110.235	119.542	92,2

Fonte: CAMARGO (1981) para o ano de 1934 e IBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

QUADRO 6 - População Economicamente Ativa por Atividades - São Carlos, Araraquara e Estado de São Paulo, 1940-1980 ⁽¹⁾

(em %)

(continua)

Atividades	1940			1950		
	São Carlos	Araraquara	E.S.Paulo	São Carlos	Araraquara	E.S.Paulo
Agricultura e pecuária	53,0	52,9	58,2	31,2	35,6	42,3
Indústria	20,1	18,4	17,2	28,7	23,5	24,7
Serviços	26,9	28,7	24,6	40,1	40,9	33,0

⁽¹⁾ Para o ano de 1960, o Censo não apresenta estas informações.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1970 e 1980.

QUADRO 6 - População Economicamente Ativa por Atividades - São Carlos, Araraquara e Estado de São Paulo, 1940-1980 ⁽¹⁾

(em %)

Atividades	(conclusão)					
	1970			1980		
	São Carlos	Araraquara	E.S.Paulo	São Carlos	Araraquara	E.S.Paulo
Agricultura e pecuária	19,5	19,8	20,4	9,6	10,1	13,6
Indústria	32,8	23,2	31,4	44,8	33,5	46,2
Serviços	47,7	57,0	48,2	45,6	56,4	40,2

⁽¹⁾ Para o ano de 1960, o Censo não apresenta estas informações.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1970 e 1980.

QUADRO 7 - Participação dos Municípios Componentes da Micro-Região 242 no Valor da Produção Industrial⁽¹⁾

Municípios	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1980 (%)	1980 (Cr\$1.000,00)
São Carlos	26,3	37,7	35,3	32,6	27.739.208
Araraquara	46,5	43,8	34,6	32,2	27.431.796
Matão	8,3	2,4	13,0	19,7	16.821.552
Américo Brasiliense	-	-	3,8	4,7	3.999.140
Descalvado	4,3	4,7	3,4	3,5	2.989.007
Demais municípios (12)	14,6	11,4	9,9	7,3	6.201.641

⁽¹⁾ Transcrito de KERBAUY (1980:52).

Fonte: Censos Industriais do IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980.

QUADRO 8 - Número de Estabelecimentos Industriais e Pessoal Ocupado nos Municípios da Micro-Região 242

Municípios	1950		1960		1970		1980	
	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado
São Carlos	180	3.359	264	4.597	345	7.235	341	15.945
Araraquara	152	3.196	220	3.576	261	3.886	252	8.285
Matão	44	324	129	745	81	1.504	77	6.020
Descalvado	35	465	59	731	56	565	75	1.529
Américo Brasiliense	-	-	-	-	14	317	34	1.095
Demais municípios (12)	203	825	271	1.018	319	1.870	460	4.694

Fonte: Censos Industriais do IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1980.

QUADRO 9 - Valor da Produção dos Três Principais Gêneros Industriais,
1980.

(Cr\$1.000)

	1º Mecânica	2º Têxtil	3º Alimentares	Total
São Carlos	14.973.228	2.613.276	2.193.211	27.739.208
	Alimentares	Mecânica	Química	
Araraquara	16.487.351	3.479.676	2.818.266	27.431.796

Fonte: Censo Industrial do IBGE, 1980.

QUADRO 10 - Comparação entre Setor Agropecuário e Industrial em São Carlos,
1970 e 1980

	Indústria		Agropecuária	
	1970 ⁽¹⁾	1980	1970 ⁽¹⁾	1980
Valor da produção	6.177.199	27.739.208	522.125	1.414.221
Pessoal ocupado	7.235	15.945	4.002	4.192

⁽¹⁾ Em cruzeiros de 1980, calculado pelo Índice "2" da FGV.

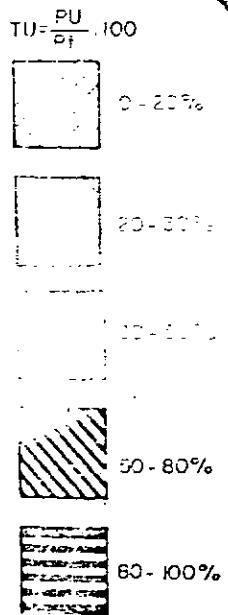
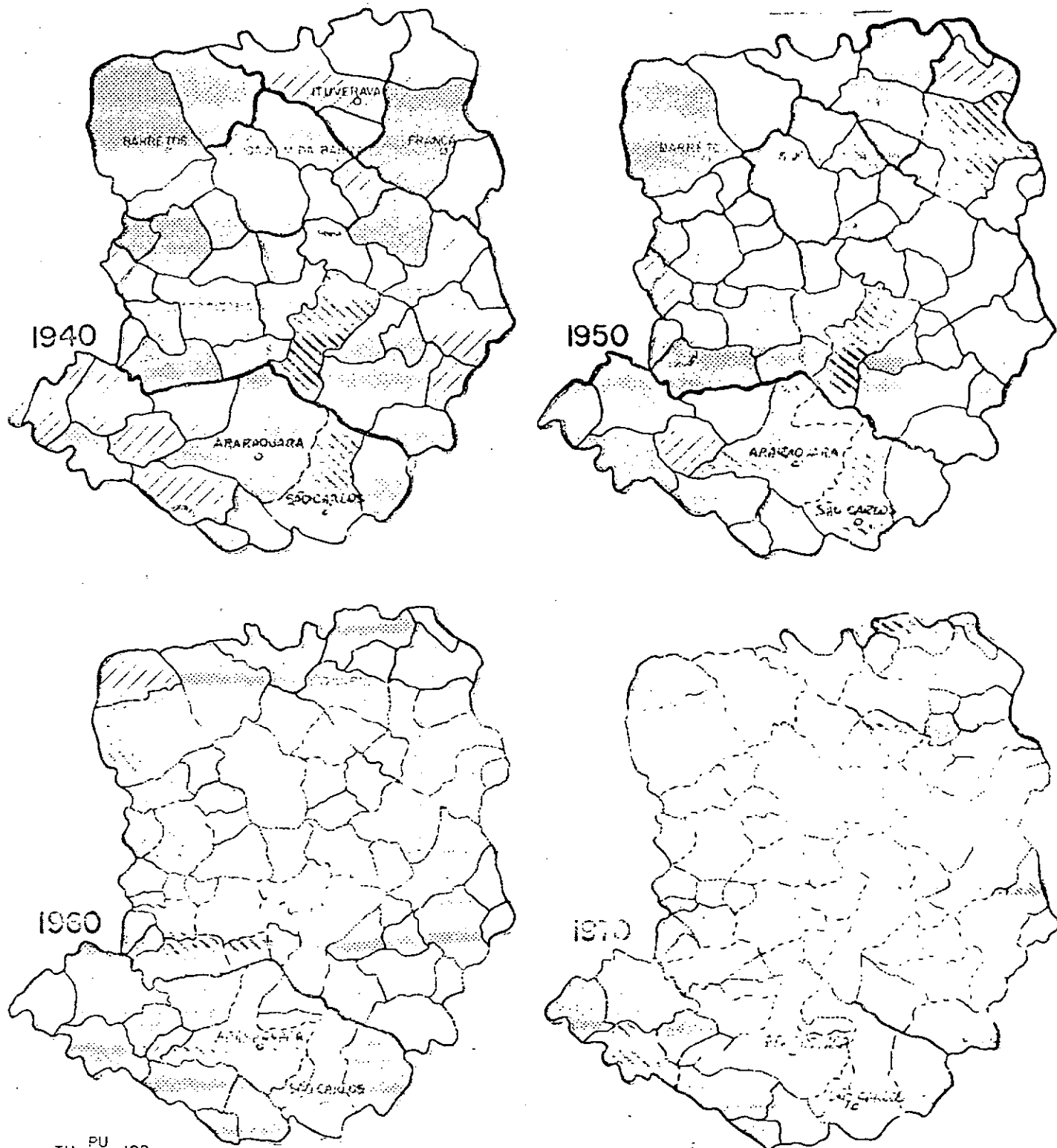
Fonte: IBGE - Censos Industriais de 1970 e 1980 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 11 - Principais Núcleos Industriais da Região de Ribeirão Preto: Gêneros Predominantes em Termos de Valor de Produção, 1970

(em Cr\$1.000)

	Valor da produção	1º	2º	3º
Araraquara	263.562	prod.alimentares	bebidas	química
Barretos	140.163	prod.alimentares	bebidas	vest.calçados
Franca	198.064	vest.calçados	borracha	prod.alimentares
Orlândia	188.438	prod.alimentares	metalurgica	mobiliário
Ribeirão Preto	244.645	prod.alimentares	bebidas	química
São Carlos	268.762	mecânica	textil	prod.alimentares
Total da Região	2.377.669			

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1970.



Fonte: Diagnóstico 6ª Região Administrativa, 1972.

CAPÍTULO III - A AGRICULTURA LOCAL TAMBÉM SE INDUSTRIALIZA

3.1 - Transformações Recentes da Agricultura Paulista

No período que vai dos anos 30 até meados de 50, com a queda da hegemonia da monocultura cafeeira, houve mudança no padrão de acumulação de capital que passa a se basear na expansão industrial. Trata-se, porém, de uma industrialização ainda limitada.

"... porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial". (CARDOSO DE MELLO, 1982:110).

Passa-se, então, a produzir além do café, também algodão, carne, açúcar etc, rompendo-se definitivamente o monolitismo exportador cafeeiro. No entanto, a acumulação de capital na agricultura continua sendo feita através da mediação do capital comercial.

Nos anos de 1956/67, período conhecido como de industrialização intensiva de bens de capital no Brasil, tendo o Estado e o capital monopolista como base de sustentação, aceleram-se as transformações da agricultura brasileira e paulista em particular. Nos anos 60 instalaram-se no país as principais fábricas de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários etc (GRAZIANO DA SILVA, 1980: 91-92).

Vários estudos relativos às transformações da agricultura brasileira têm procurado mostrar que a partir da década de 70 verifica-se a industrialização do campo. Em outras palavras, neste momento ocorre a mecanização crescente da produção agrícola e a formação de um amplo mercado de trabalho.

A modernização da agricultura tem como objetivo básico o incremento da produtividade do trabalho. Ou seja, através da utilização cada vez maior dos insumos produzidos fora do setor agrícola, o trabalhador ru

ral passa a gerar um valor maior.

As transformações ocorridas na agricultura paulista, nesse período, estão inseridas no contexto das políticas econômicas elaboradas para o país. Com o agravamento da inflação e do déficit da balança de pagamentos foi solicitada à agricultura produzir alimentos para o mercado interno, produtos para a exportação e álcool como substituto energético do petróleo (TOYAMA, 1982:4).

Neste sentido, destaca-se nos anos 70, a política de indução e difusão do uso de insumos modernos, via subsídios a preços e crédito permitindo a aquisição de máquinas agrícolas, fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, etc. Nas regiões de ocupação mais antiga onde a terra é mais "escassa" (a propriedade fundiária já está mais consolidada e os preços são mais elevados), estas políticas provocaram entre outras coisas, uma reordenação da área plantada (GATTI, 1985:1).

Assim é que a partir de meados de 60, houve diminuição da participação paulista na produção brasileira de produtos como amendoim, arroz, feijão, mandioca e mamona. Ao mesmo tempo aumentou a participação estadual de produtos de destinação agro-industrial e/ou mercado externo, como laranja, cana, soja, trigo. Para o algodão e o milho esta tendência não é tão clara (TOYAMA, 1982:29).

Em 1970, os cinco produtos de maior importância para o Estado em termos de área plantada eram o milho (27,1%), algodão (12,9%), café (12,6%), cana (12,4%) e arroz (11,7%) totalizando 76,7% da área com lavouras na época. Em 1981, os principais produtos foram: cana (23,1%), milho (18,9%), café (15,5%), soja (9,2%) e citrus (8,8%) totalizando 76,4%. Ocorreu também, neste período, um aumento da área cultivada do estado. A partir de 1976 este crescimento é mais nítido (9,5% de 1976 a 1981) e deu-se, principalmente, em substituição de áreas com pastagens naturais e abertura de áreas em cerrado, antes consideradas pouco produtivas (TOYAMA, 1982:32).

O quadro 1 do Anexo II, apresenta a evolução da área total, área com pastagens e área com lavouras para o Estado de São Paulo, micro-região

242 e município de São Carlos.

Para o Estado de São Paulo a área com pastagens cresce até 1970, verificando-se um decréscimo em 1980, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Quanto à área com lavouras a tendência é crescente até 1960, sofrendo um leve declínio em 1970. Nesta última década apresentou uma elevação de 1.200.000ha aproximadamente, passando de 23,2% em 1970 para 29,4% em 1980. Já a micro-região passa por um processo de pecuarização na década de 40, decrescendo a partir dos anos 50 a área com pastagens. Porém, é nos anos 70 que esta área cai significativamente, passando de 430 mil ha em 1970 para 322 mil ha em 1980. Ao mesmo tempo, a área com lavouras eleva-se de 221 mil ha para 356 mil ha, ou seja, de 27,1% para 45,8%. Em São Carlos, como mostram os dados, a área com pastagens tem aí uma participação mais elevada do que no estado e na região, em todos os períodos, com mais de 60% da área total até o censo de 1970, quando então decresce para 52% em 1980, passando de 58.441ha para 45.597ha. Nota-se, também, que a participação do município em áreas de lavouras é bem inferior quando comparadas com o Estado de São Paulo e esta diferença é mais acentuada em relação à micro-região, principalmente nas duas últimas décadas. Mas, o importante a ser retido é que no decorrer da década de 70, São Carlos, que até então apresentava decréscimo na área com lavouras, ao contrário do estado e da região reverteu este processo, elevando-se a área de 12.922ha em 1970 para 21.518ha em 1980.

Como foi visto anteriormente, o Estado de São Paulo nas últimas décadas aumentou a área plantada com alguns produtos de exportação e agroindustriais como cana-de-açúcar, laranja, soja, café. Alguns trabalhos, também mostram que estes produtos aumentaram mais na região de Ribeirão Preto (MARTIN, 1981), (TOYAMA, 1982), da qual fazem parte a micro-região 242 e o município de São Carlos.

Conforme os dados do IBGE, para a micro-região, a cana eleva-se de 62.870ha em 1970 para 130.319ha em 1982, a laranja de 11.722ha para 74.413ha, a soja de 304ha para 5.533ha, o café de 20.397ha para 23.199ha, o milho de 40.256ha para 52.995ha ao mesmo tempo em que o arroz decresce

de 24.296ha em 1970 para 14.745ha em 1982.

São Carlos, como já visto anteriormente, era um município basicamente agrícola até a crise de 29. A partir daí, tem o seu setor urbano-industrial transformando-se no mais dinâmico da economia local. A forte expressão da indústria local ficou bem evidente, tanto em termos de valor da produção, como em termos de pessoal ocupado. Também foi indicado no capítulo II, que a agricultura do município não acompanha o movimento geral de transformação da agricultura regional. Quando na região, o café foi substituído por algodão e posteriormente cana-de-açúcar, São Carlos, mesmo antes da crise de 29, em grande parte devido ao esgotamento do solo, foi substituindo por pastagens, áreas antes plantadas com café. Assim, já em 1939 era considerado um grande centro produtor de leite. Nos anos 70, São Carlos acompanha as transformações verificadas no Estado de São Paulo e na micro-região, guardando, no entanto, algumas diferenças em função de suas características particulares. A área com café, segundo o IBGE, de 1.786ha em 1970, cresce para 3.070ha em 1980, como consequência do plano de renovação e revigoramento dos cafezais implementado pelo IBC. Em 1982, porém, a área já havia decrescido para 1.686ha. O milho apresenta um acréscimo de 4.379ha em 1970, para 6.000ha em 1982. O arroz, neste mesmo período, decresce de 1.300ha para 800ha. A cana-de-açúcar aumenta de 1.951ha para 6.100ha. A laranja que detinha uma área insignificante em 1970 (198ha) apresenta em 1982 uma área de 2.000ha. A soja só apareceu no município depois de 1970, com 1.400ha em 1974, 562ha em 1982 e segundo informações do agrônomo local em 1984 foram plantados 1.500ha. Outro produto importante no município é a cana forrageira que apresenta informações sobre área plantada só a partir de 1974, com 1.000ha neste ano e 1.500 em 1982. Como se vê, houve, realmente, aumento na área com lavouras ou melhor na área com as mesmas lavouras que cresceram na micro-região. No entanto, como veremos mais à frente, vários indicadores mostrarão a grande importância da pecuária no município, em relação ao estado e a micro-região. As pastagens e a produção leiteira que é tradição do município, também apresentarão transformações nas últimas décadas. Outra mercadoria vai sur

gir nos anos 70, sob condições modernas de produção, o frango de corte, que pode indicar a tentativa do setor agropecuário local em procurar alternativas que superem a menor qualidade do seu solo em relação ao da região. Além disso, a região de Ribeirão Preto possui muitas fábricas de rações e apresenta a maior participação na produção de milho do estado.

A criação de novas tecnologias concentrou-se principalmente em São Paulo, com avanços significativos de produtividade principalmente para as culturas de café, algodão, cana-de-açúcar, trigo, batata, cebola, laranja e tomate. Sem o desenvolvimento tecnológico, os esforços governamentais de subsídios a insumos químicos e orgânicos, bem como o crédito rural não teriam conseguido a mesma eficiência, como aconteceu em outras regiões tecnologicamente menos privilegiadas (HOMEM DE MELLO, 1979). Em outras palavras, em função de exploração de produtos como café e algodão, relativamente mais rentáveis, ao lado de investimentos em pesquisas e extensão rural efetuadas no passado⁽¹⁾, São Paulo detinha as melhores condições para responder aos subsídios governamentais (MARTIN, 1981:20).

Na verdade, a partir das últimas décadas, o município de São Carlos, assim como outras regiões do Estado de São Paulo, sofreu importantes transformações tanto do ponto de vista técnico como social. Processo este estimulado pelas políticas implementadas pelo Estado a partir de 1965 com a institucionalização do crédito agrícola subsidiado.

3.2 - Síntese das Políticas Agrícolas Vigentes nos Anos 70

Os principais ramos da política agrícola na década de 70 foram: política de preços mínimos, política de preços administrados (tri

⁽¹⁾ SILVA, FONSECA E MARTIN (1979 e 1980), mostram que São Paulo foi o estado brasileiro que mais investiu, no passado, em pesquisa e difusão de tecnologia, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da agricultura paulista.

go, café, cana-de-açúcar), política comercial e política de modernização (em particular a política de geração de tecnologia e a política de crédito rural) (GATTI, 1984:6).

A política de preços mínimos iniciou-se no Brasil em 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e foi implementada a partir de 1951. Na década de 70, esta política orientou-se no sentido de antecipar e garantir preços de equilíbrio entre oferta e demanda na época de safra e manifestou-se através da compra de excedentes, via contratos de Aquisição do Governo Federal (AGF) e do financiamento da comercialização via contratos de Empréstimo do Governo Federal (EGF) (OLIVEIRA, 1977).

A multiplicidade e a alternância dos objetivos que a política de preços mínimos pretendeu atingir (manutenção da renda do produtor, estabilização dos preços na cidade, redução de preços para consumidores, estímulos para elevação da oferta de certos produtos, entre outros) acabaram por reduzir a eficiência tanto da própria política como da CFP. Esta política ao orientar seus esforços no sentido de elevação da produção dos produtos alimentares, ao mesmo tempo em que se mantinha baixos os preços na cidade, induzia, implicitamente, à substituição de lavouras do mercado interno pelos de exportação. Ou seja, estas culturas mais rentáveis e de maior estabilidade nos preços, acabaram provocando diminuição na produção de alimentos para o mercado interno provocando uma alta nos preços relativos (MENDONÇA DE BARROS, 1979).

Segundo GATTI (1984:11) quanto às políticas referentes à produção e preços de alguns produtos como o café, a cana-de-açúcar, o cacau e o trigo merecem tratamentos exclusivos e/ou são administrados por órgãos específicos do Governo.

Quanto ao café, de modo geral, durante a década de 70, a produção foi fortemente estimulada, os preços de garantia mostraram-se crescentes pelo menos até 1978 e, a partir desse ano, a política cafeeira, pressionada pela exigência de contenção da inflação foi obrigada a reduzir os preços de garantia, gerando inclusive, em 1979, manifestações de

insatisfação por parte dos produtores (CARVALHO FILHO, 1973).

Para a cana-de-açúcar, na primeira metade dos anos setenta foram criados o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira e o Programa Nacional de Melhoramentos da Cana-de-Açúcar. Enquanto o primeiro visava propor medidas para racionalizar o setor por meio de incorporações, fusões de usinas, apoio à modernização, etc, o segundo objetivava aumentar a produtividade por áreas e obter novas variedades com melhores rendimentos industriais. Em 1974 os preços de açúcar aumentaram, reduzindo-se a seguir. No final de 1975, foi instituído o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) resultando na instalação de inúmeras usinas de álcool anexos às de açúcar e autônomas (GATTI, 1984:21).

Em relação à política comercial, a política de minidesvalorizações implantada em 1968, apesar do sistema de paridade do poder de compra (desvalorização pela diferença entre as taxas de inflação interna e externa) acabou por provocar após 1973 uma valorização da taxa cambial e consequentes dificuldades para as exportações agrícolas com crescente necessidade de incentivos para as exportações industriais (GATTI, 1984:25).

Foram feitas sérias alterações na área cambial, durante o ano de 1979 e, em dezembro desse ano, foi promulgada a desvalorização do cruzeiro, associada à eliminação dos prêmios do IPI e a imposição de imposto de exportação para alguns produtos agropecuários (PROGNÓSTICO 80/81).

Conforme a mesma fonte os produtos primários sujeitos ao imposto de exportação eram: café (além do confisco cambial), cacau e derivados, suco de laranja, óleo de mamona, fumo, açúcar e algodão. Frente à mobilização dos produtores, no caso da soja, esse imposto foi extinto, tendo-se instituído quotas de exportação.

De acordo com MENDONÇA DE BARROS E GRAHAM (1978), o grande estímulo às exportações após 1974 aliado às novas condições prevalescentes no mercado internacional para alguns produtos, em determinados períodos da década de 70, acabaram direcionando os recursos existentes no setor agrícola brasileiro, para os produtos de exportação.

Quanto às políticas de modernização será interessante aqui re-

ter-se na política de subsídios e/ou crédito rural e na política de geração de tecnologia.

A política de subsídios na agricultura brasileira, como estímulo ao uso de insumos e maquinaria tem sido utilizada desde a década de 50. No entanto, as diretrizes gerais dessa política, no Brasil, foi estabelecida com a institucionalização do crédito rural no país, em 1965, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, através da Lei nº 4.829 de 05/11/1965.

O Programa de Crédito Rural propunha-se, com essa lei, estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais, financiar o custeio e a comercialização de produtos agropecuários, fortalecer os produtores rurais, em especial os pequenos e médios, e principalmente incentivar a introdução de insumos modernos visando a melhoria da produtividade do trabalho agrícola.

O funcionamento do Sistema estava subordinado ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil. Outras entidades integrantes eram o Banco do Brasil, os bancos regionais de desenvolvimento, os bancos estaduais e privados, as caixas econômicas, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as cooperativas agropecuárias e os órgãos fiscais de assistência técnica e extensão rural. Eram oferecidas três modalidades de financiamento: crédito de custeio, crédito para investimento e crédito para comercialização.

A política de crédito, durante a década de 70, passou por diversas modificações. Após a elevação dos preços do petróleo, em 1974, e as consequentes dificuldades no balanço de pagamentos, seguiu-se intensa discussão sobre o volume de subsídios existente na política de crédito. Em consequência da política antiinflacionária do Governo, em 1977/78 foram tomadas algumas medidas no sentido de restringir o volume de empréstimos, principalmente para operações de investimento. As medidas tomadas pelo CMN, no pacote agrícola de 1979, envolveram liberação de limite para o crédito de custeio agrícola, modificações nos critérios de fixação dos valores de financiamento que, com a instituição dos valores básicos

de custeio (VBC), variáveis conforme a produtividade da lavoura, passaram a ser estabelecidos com base no valor dos desembolsos e não mais em relação aos preços mínimos; modificações nos critérios de classificação dos mutuários, criando a categoria dos mini-produtores e ampliando o volume de recursos a serem aplicados para pequenos e mini-produtores; modificações na política do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO), criado em 1973, visando dar cobertura aos financiamentos agropecuários concedidos aos produtores, envolvendo a obrigatoriedade de adesão ao programa e extensão dos percentuais de cobertura aos recursos próprios. Com relação às taxas de juros, decidiu-se pela eliminação gradual dos subsídios implícitos, induzindo o tomador de empréstimo a participar do empreendimento, aplicando maior parcela de recursos próprios (PROGNÓSTICO 79/80 e PROGNÓSTICO CENTRO-SUL 79/80).

GUEDES PINTO (1981), comentando os resultados desse programa, observou que, em 1969, foram aplicados 6,5 bilhões de cruzeiros no financiamento da agricultura e pecuária, montante que se elevou, em 1979, para 33 bilhões em cruzeiro de 1969. Segundo esse autor, o programa até 1980 atingia apenas 20% a 25% dos agricultores brasileiros; entre os que receberam, os pequenos produtores (valor do contrato de crédito até 50 salários mínimos) diminuíram sua participação de 90,5% no número de contratos e 34,13% no valor, em 1966, para 73,73% e 11,38%, respectivamente, em 1976. Nesse mesmo período, os grandes produtores (valor do contrato superior a 500 salários mínimos) passaram de 0,44% no número e 20,27% no valor dos contratos, para 3,34% e 53,53%, respectivamente. Com relação à concentração por produto, no período 1973 a 1977, a cana-de-açúcar, o café, a soja e o trigo receberam sistematicamente volumes de crédito superiores às suas participações no valor da produção agrícola total, enquanto que o milho, a mandioca e o feijão receberam volumes bastante inferiores às suas contribuições no valor da produção total. Em termos regionais, de 1973 a 1977, as Regiões Sul e Sudeste receberam porcentagens de crédito superiores às parcelas que geraram para o produto agrícola.

No que se refere aos aspectos distributivos do crédito rural, particularmente no Estado de São Paulo, o trabalho de CARVALHO & GIMENES (1982) mostrou que, no período 1973/74 a 1978/79, do total de usuários de crédito rural no Estado, 70% concentraram-se nas DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Campinas, Presidente Prudente e Marília, regiões que englobavam cerca de 53% dos imóveis rurais do Estado; com relação à distribuição do crédito rural por cultura, no ano agrícola de 1978/79, o café, a cana-de-açúcar, o milho, o algodão e a soja absorveram 66% do crédito de custeio agrícola.

Quanto à política de geração e adoção de tecnologia, vários trabalhos têm procurado mostrar a relação entre aumento de produtividade e pesquisa agrícola (PAIVA, SCHATTAN E FREITAS, 1973), (SILVA, FONSECA E MARTIN, 1980).

MARTIN (1981) inclusive ressalta a importância de pesquisas feitas anteriormente à década de 70, em São Paulo, as quais foram responsáveis em grande parte, pela melhor resposta deste estado, aos estímulos provenientes das outras políticas implementadas pelo Governo Federal.

3.3 - Modificação das Condições Técnicas de Produção

Acompanhando os dados dos quadros 2, 3 e 4 do Anexo III, observa-se que os rendimentos médios por ha das principais culturas do município sofreram uma elevação significativa no período de 1970 a 1982, acompanhando ou às vezes superando a média do Estado e da micro-região.

Uma análise do item valor da produção é importante para mostrar em que atividades, o município apresenta maiores valores relativamente ao Estado e região. Em termos de valor da produção total, o município cresceu mais do que o Estado entre 1970 e 1980, porém menos do que a micro-região. Comparando-se o valor da produção animal, São Carlos apresenta um crescimento bem superior, principalmente em relação ao Estado. Este acréscimo fica mais ressaltado quando se compara o valor da produção de aves e pequenos animais o qual foi 3,2 vezes maior do que o da micro-região

e 5,7 vezes maior do que aquele do Estado. Esta menor diferença em relação à região, advém do fato de Descalvado (que faz parte da micro-região) ser o maior produtor de frango de corte do Estado de São Paulo, reduzindo assim, tal diferença. No que diz respeito ao valor da produção vegetal, São Carlos cresceu menos do que os outros locais analisados. O grande crescimento da região, tanto de culturas permanentes como temporárias é consequência do aumento da área e do rendimento da laranja e cana-de-açúcar. Para o ano de 1980, o valor da produção animal representava 67% do valor da produção de São Carlos, enquanto este valor reduzia-se a 35% no Estado de São Paulo e a 30% na região.

Uma análise do quadro 6 do Anexo III, onde estão apresentados os valores da produção para alguns produtos importantes no município mostra que de 1974 até 1980, os maiores valores em ordem decrescente eram: leite, cana, frango e café. Em 1982, esta tendência já estava mudando com cana, em primeiro lugar, vindo a seguir leite, frango e laranja.

No quadro 7 do Anexo III, tem-se a área de pastagens no município, onde a participação de pastos artificiais é crescente, elevando-se de 49,4% em 1960 para 62,4% em 1970 e 70,8% em 1980. Como visto anteriormente, a área total com pastagens decresce nos anos 70, ao mesmo tempo em que se eleva o número de cabeças. Assim, se em 1970 um ha de pasto comportava 0,68 cabeça, em 1980 passou a comportar 1,10 cabeça, indicando um aumento de produtividade por ha.

A título de comparação, vale lembrar que estes mesmos índices foram alcançados para a região de Ribeirão Preto (TOYAMA, 1982:77).

Mas como a maior parte do rebanho bovino do município é orientada para a produção leiteira, o mais importante é analisar a evolução do rendimento médio de leite por vaca ordenhada. Conforme quadro 8 do Anexo III, a produção de leite veio aumentando, em São Carlos, passando de 5.316 mil litros em 1960, para 15.680 mil litros em 1970 e 25.222 mil litros em 1980. Quanto ao rendimento médio verifica-se a mesma tendência, pois em 1960 a produtividade/vaca/dia era de 3,6 litros, passando para 5,9 litros em 1970 e 7,6 litros em 1980. Até 1970 o aumento des-

te rendimento deveu-se às pesquisas com reprodutores e melhoramentos de pastos. Nos anos 1970, além disso, ocorreram as políticas de incentivo à produção de leite B, e atualmente mais de 50% da produção do município é deste tipo de leite. Assim, a produtividade média de uma vaca em lactação/dia no município é superior à do Estado, que também elevou-se de 3,4 litros em 1970 para 4,2 litros em 1980, graças a expansão do leite B (TOLDO, 1982:6).

Basicamente, a diferença entre o leite tipo B e C está vinculada à qualidade do produto. O tempo dispendido entre ordenha, processamento e consumo do leite tipo B é menor em relação ao leite tipo C. O controle sanitário do rebanho produtor e a higiene exigida na ordenha são mais rigorosos nos estabelecimentos produtores do leite tipo B. Além do que, este tipo de leite é colocado no mercado de forma integral, enquanto o teor de gordura do leite tipo C é sempre estipulado. O leite tipo B, ao não ser tabelado, como o leite tipo C, tem maior facilidade para incorporação de novas tecnologias (MELLO, 1981:4).

Além dos melhores preços comparativamente ao leite tipo C, o estímulo para a produção de leite tipo B foi reforçado pelos incentivos governamentais⁽¹⁾, cujo principal objetivo era aumentar os níveis de produtividade.

Outra atividade que apresentou grande desenvolvimento no município nos anos 70 foi a avicultura, conforme quadro 9 do Anexo III, passando de 600.000 cabeças de frango abatidas em 1970, para 4.000.000 de cabeças em 1982 e conforme informação do agrônomo local, este número alcança atualmente 10.000.000 cabeças.

A produção de carne por cabeça tem se mantido em torno de 1,8kg, porém o número de dias para crescimento e engorda de cada lote diminuiu de 65 para 54 dias nos últimos anos.

Em São Carlos, a avicultura comercial começou na década de 70,

(1) Concessão de crédito altamente subsidiado através do Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL), instituído em 1973.

(BADESP, 1976), (CRISCUOLO, 1967), (PIVA, 1975). No entanto, foi só a partir de 1960, com a obtenção das linhagens específicas para corte e postura que esta atividade apresentou um desenvolvimento mais acelerado no Brasil. Nesta mesma década, concomitantemente, foram obtidos grandes progressos nas técnicas de arraçamento e manejo, bem como na qualidade dos equipamentos utilizados (GIULIETTI ET ALII, 1980:2).

Alguns indicadores deverão mostrar as transformações das relações técnicas de produção no município, ao mesmo tempo em que mostrarão quais os produtos mais beneficiados com essas transformações.

O quadro 10 do Anexo III apresenta a evolução no número de tratores para o município e para o Estado de São Paulo. Em São Carlos este número aumentou em 50 vezes de 1940 a 1980, enquanto para o Estado este número aumentou em 90 vezes. Isto é explicado pelo tipo de atividades características do município pecuária leiteira e avicultura. Após o ano de 1980, existe uma tendência de aumentar a área com lavouras, grande parte em função da queda do poder aquisitivo da população, que vem prejudicando a produção leiteira. Se o leite tipo C já era tabelado, com o poder de compra reprimido da classe média o leite tipo B também vem sofrendo desestímulos. Assim, muitos pecuaristas estão investindo, principalmente a partir de 1982, mais na produção de cana e outras culturas.

Outro indicador de transformações na base técnica de produção é o consumo de óleo diesel. Conforme quadro 11 do Anexo III, este índice aumentou 3,26 vezes do município de 1970 para 1980 e de 3,63 vezes na média do Estado de São Paulo.

Um indicador que mostra o aumento na produção do leite B e inovações no município é o uso de inseminação artificial e ordenhas mecânicas. Estes dados são registrados pelo IBGE, no Censo de 1980, o que já é um sintoma da sua importância nos últimos anos. Assim, em São Carlos, dos 380 criadores de bovinos que prestaram informação, 34 utilizam inseminação artificial o que significa 8,9% dos criadores. Dos 327 produtores de leite, 65 usam ordenha mecânica o que representa 19,9%

dos produtores.

Conforme o quadro 12 do Anexo III, a análise comparativa das despesas entre os anos 1970 e 1980, em valores reais de 1980, mostra que o item despesas cresceu mais para a micro-região, mas São Carlos apresenta um aumento deste índice maior do que a média do Estado de São Paulo. De 1970 para 1980, de forma geral, as despesas em termos reais cresceram em todos os seus sub-itens tanto para o município, como para a micro-região e o estado. No entanto, os sub-itens que crescem em São Carlos, em proporções bem maiores do que nos outros dois locais, são medicamentos para animais, sal e rações industrializadas e juros e despesas bancárias.

Esta mesma tendência verificou-se na evolução do valor das receitas. Os dados do IBGE, comparando os anos de 1975 e 1980, mostram um crescimento real de 70%, 44% e 23% na venda de animais e produtos de origem animal para São Carlos, micro-região e Estado de São Paulo, respectivamente. No sub-item venda de produtos da indústria rural houve um crescimento de 487% em São Carlos, 58% na micro-região e (-54%) no Estado de São Paulo.

A importância da atividade pecuária novamente se sobressai nos dados de investimentos (ver quadro 13 do Anexo III). São Carlos apresentou de 1970 a 1980 um acréscimo de 1.619% em compras de animais para reprodução, de criação e para outros fins. Para o Estado de São Paulo este crescimento foi de 890% enquanto para a micro-região foi de 1.386%. Esta média para a micro-região é elevada porque a ela pertence o município de Descalvado, que é o maior produtor de frango de corte do Estado de São Paulo, como já foi indicado.

3.4 - Transformações nas Relações Sociais de Produção

Essas transformações recentes na agricultura paulista, implicando na crescente mecanização, na difusão de insumos modernos, enfim de maior desenvolvimento das forças produtivas, provavelmente aumentaram o número de assalariados em trabalhos agrícolas especializados. Ao mesmo

tempo, liberaram uma parte da mão-de-obra que passou a morar nas periferias das cidades, vindo trabalhar como diaristas ou por empreitadas, principalmente na colheita de cana, laranja, café.

Os dados sobre evolução do pessoal ocupado no Estado de São Paulo, mostram um decréscimo que passou de 61,5% em 1970, para 48,1% em 1980, da categoria responsáveis e membros não remunerados da família, ao mesmo tempo, o número de empregados em trabalhos permanentes eleva-se de 20,3% em 1970 para 28,1% em 1980. Também o número de empregados em trabalhos temporários eleva-se de 12,8% para 20,2% de 1970 para 1980. (ver quadro 14 do Anexo III).

Para a micro-região verifica-se a mesma tendência, onde a categoria responsáveis e membros não remunerados da família decresce de 1970 para 1980 de 45,4% para 29,0%. Quando aos assalariados permanentes, eleva-se de 30,7% para 40,3% neste período, e os empregados em trabalhos temporários também tem seu número acrescido passando de 16,8% em 1970 para 22,8% em 1980 (ver quadro 15 do Anexo III).

Em São Carlos, cabe destacar algumas diferenças. Para responsáveis e membros não remunerados da família verificou-se um decréscimo de 39,5% para 27,4% de 1970 a 1980. Acompanhando a tendência do estado e micro-região, houve em São Carlos um acréscimo na categoria empregados em trabalhos permanentes, no entanto, esta participação é maior já em 1970 (39,7%) e cresce para 53,6% em 1980. Quanto à categoria empregados em trabalhos temporários verifica-se, no período, um decréscimo passando de 19,1% para 16,7%.

A grande participação e acréscimo, no período, de assalariados permanentes no município é decorrente das atividades de pecuária leiteira acrescido nos últimos anos da criação avícola moderna. Mais difícil torna-se explicar o decréscimo em trabalhos temporários.

Como visto anteriormente o uso de insumos modernos e mecanização agrícola e as políticas de incentivo a este uso tinham como principal objetivo o aumento da produtividade do trabalho.

Conforme os dados de valor da produção agropecuária e pessoal

ocupado no setor agrícola fornecidos pelo IBGE, temos que em 1970 um trabalhador agrícola em São Carlos gerava Cr\$130.000,00 e em 1980 passou a gerar Cr\$337.400,00 (valor real em cruzeiros de 1980), o que significa um acréscimo de 159%. Para a micro-região esta mesma comparação entre 1970 e 1980, mostra valores de Cr\$118.367,00 e Cr\$330.408,00 respectivamente, dando um acréscimo de 179%. Para o Estado de São Paulo se em 1970 um trabalhador gerava Cr\$8.418,00, em 1980 ele gerava Cr\$21.334,00 verificando-se um aumento de 153%.

Concluindo, procurou-se sintetizar neste capítulo, as transformações das relações técnicas e sociais de produção ocorridas na agricultura de um município paulista. Foi destacado, neste processo, o papel fundamental apresentado pelo Estado, através de suas políticas agrícolas na formação de capital. Os efeitos deste amplo processo conhecido como de "modernização da agricultura" puderam ser também aí indicados e resumem-se basicamente na significativa elevação da produtividade do trabalho e no crescente assalariamento da força de trabalho. Mais uma vez, vale a pena ser lembrado que através do estudo de caso de um município pode-se analisar como se realiza o movimento geral de desenvolvimento do capital no campo.

No capítulo IV serão estudadas algumas relações entre produtores, comerciantes e industriais no município de São Carlos.



ANEXO III

QUADRO 1 - Área Total, Área com Pastagens e Área com Lavouras, 1937/38-1980

(em ha)

		Área total ⁽¹⁾	Área com pastagens		Área com lavouras	
		(ha)	(ha)	%	(ha)	%
1937/38	São Carlos	125.867	72.963	58,0	30.381	24,1
	Micro-região 242	741.300	342.849	46,2	206.362	27,8
	Estado de São Paulo	17.176.204	7.734.150	45,0	3.730.009	21,7
1950	São Carlos	116.658	77.266	66,2	18.155	15,6
	Micro-região 242	769.599	474.352	61,6	169.271	22,0
	Estado de São Paulo	19.007.582	8.647.935	45,5	4.257.633	22,4
1960	São Carlos	109.526	69.487	63,6	13.437	12,3
	Micro-região 242	799.548	460.318	57,6	172.156	21,5
	Estado de São Paulo	19.303.948	9.871.612	51,1	4.768.233	24,7
1970	São Carlos	97.123	58.441	60,2	12.922	13,3
	Micro-região 242	814.676	430.303	52,8	221.020	27,1
	Estado de São Paulo	20.416.024	11.463.383	56,1	4.735.925	23,2
1980	São Carlos	87.612	45.597	52,0	21.518	24,6
	Micro-região 242	778.015	322.687	41,5	356.578	45,8
	Estado de São Paulo	20.161.000	10.307.060	51,1	5.934.041	29,4

(1) Incluindo área com matas e florestas e áreas incultas, em descanso e improdutivas.

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica (1939) e IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960 e Censos Agropecuários 1970 e 1980.

QUADRO 2 - Evolução da Área Cultivada, da Produção e do Rendimento Médio de Alguns Produtos Agrícolas no Estado de São Paulo

Produto	1960			1970			1974			1982		
	(ha)	(t)	(t/ha)	(ha)	(t)	(t/ha)	(ha)	(t)	(t/ha)	(ha)	(t)	(t/ha)
Cafê	1.285.535	1.344.918	1,0	650.877	466.757	0,7	800.000	1.160.000	1,4	555.996	674.400	1,2
Milho	898.655	1.194.622	1,3	1.262.089	2.124.791	1,7	1.290.000	2.628.000	2,0	1.330.700	3.392.400	2,5
Arroz	488.491	553.595	1,1	447.728	413.778	0,9	464.700	582.000	1,2	309.000	469.500	1,5
Cana	291.013	14.173.703	48,7	580.487	30.340.214	52,3	719.763	39.472.166	54,8	1.281.350	92.228.391	72,0
Laranja ⁽¹⁾	31.055	2.085.137	67,1	112.058	8.520.395	76,0	213.000	19.250.000	90,4	440.849	45.749.997	103,8
Soja	-	-	-	69.423	92.317	1,3	335.000	522.000	1,6	516.000	993.300	1,9
Cana forrageira	-	-	-	-	929.101	-	64.767	2.506.841	38,7	76.054	3.178.186	41,8

(¹) Produção e rendimento médio em mil frutos.

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1960 e 1970 e Produção Agrícola Municipal de 1974 e 1982.

QUADRO 3 - Evolução da Área Cultivada, da Produção e do Rendimento Médio de Alguns Produtos Agrícolas na Micro-Região 242

Produto	1960			1970			1974			1982		
	(ha)	(t)	(t/ha)	(ha)	(t)	(t/ha)	(ha)	(t)	(t/ha)	(ha)	(t)	(t/ha)
Cafê	46.191	41.378	0,9	20.397	12.652	0,6	19.423	41.277	2,1	23.199	25.645	1,1
Milho	30.551	42.104	1,4	40.256	69.915	1,7	50.612	103.764	2,0	52.995	111.259	21,0
Arroz	11.102	11.159	1,0	24.296	21.013	0,9	17.827	20.765	1,2	14.745	20.895	1,4
Cana	28.441	1.305.136	45,9	62.870	3.178.027	50,5	69.000	3.960.001	57,4	130.319	8.080.559	62,0
Laranja ⁽¹⁾	2.515	149.828	59,2	11.722	882.861	75,3	22.716	2.380.785	104,8	74.413	6.868.871	92,3
Soja	-	-	-	304	248	0,8	2.555	4.016	1,6	5.533	9.711	1,7
Cana forrageira	-	2.187	-	-	76.566	-	4.059	165.870	40,9	5.370	282.800	52,7

(¹) Produção e rendimento médio em mil frutos.

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1960 e 1970 e Produção Agrícola Municipal de 1974 e 1982.

QUADRO 4 - Evolução da Área Cultivada, da Produção e do Rendimento Médio de Alguns Produtos Agrícolas em São Carlos

Produto	1960			1970			1974			1982		
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (t/ha)
Cafê	3.027	2.771	0,9	1.796	1.459	0,8	1.700	3.672	2,2	1.686	2.551	1,5
Milho	3.499	4.506	1,3	4.379	6.690	1,5	4.400	8.524	1,5	6.000	16.200	2,7
Arroz	1.169	1.136	1,0	1.300	1.101	0,8	900	1.028	1,1	800	1.200	1,5
Cana	1.700	79.724	46,9	1.951	86.851	44,5	4.588	252.252	55,0	6.100	427.000	70,0
Laranja ⁽¹⁾	78	2.103	27,0	198	9.151	46,2	200	28.000	140,0	2.000	300.000	150,0
Soja	-	-	-	-	-	-	1.400	2.268	1,6	562	1.180	2,1
Cana forrageira	-	1.200	-	-	35.925	-	1.000	45.000	45,0	1.500	75.000	50,0

(1) Produção e rendimento médio em mil frutos.

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1960 e 1970 e Produção Agrícola Municipal de 1974 e 1982.

QUADRO 5 - Valor da Produção Total, Animal e Vegetal - São Carlos, Micro-Região e Estado de São Paulo, 1970 e 1980

	(em Cr\$1.000)								
	1970 ⁽¹⁾			1980			(%) 1980/1970		
	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo
I. Valor da Produção (em mil cruzeiros)	522.036	4.792.915	119.539.823	1.414.221	15.008.451	293.661.093	171	213	146
a) Animal	233.017	1.475.017	38.231.390	949.031	4.584.916	102.324.720	307	211	168
- de grande porte	182.806	784.606	24.377.207	492.515	1.962.493	64.511.283	170	150	165
- de médio porte	8.985	64.206	1.549.174	8.050	72.509	3.757.973	-10	13	143
- aves e pequenos animais	41.226	626.205	12.305.009	447.466	2.549.913	34.055.463	985	307	177
b) Vegetal	289.732	3.317.875	79.783.100	465.189	10.423.535	191.336.220	60	214	140
- Lavouras permanentes	47.109	688.205	19.559.128	110.681	3.677.724	58.721.604	135	434	200
- Lavouras temporárias	156.310	2.425.056	55.341.999	309.450	6.619.387	116.742.987	98	173	111
- Horticultura e floricultura	-	-	-	36.424	70.809	7.234.444	-	-	-
- Silvicultura	77.879	161.549	4.881.986	7.858	43.890	8.323.502	10	-99	70
- Extração vegetal	8.434	43.065	1.525.298	774	11.722	313.834	-91	-99	-99

(¹) Valores reais, em cruzeiros de 1980, calculados pelo Índice "2" da FGV.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 6 - Evolução do Valor da Produção em São Carlos: Série de Anos -
Valores Reais

(em Cr\$1.000)

Produto	1974	1978	1980	1982
Cana	718.262	799.197	767.945	1.195.600
Leite	1.064.422	1.070.222	1.390.030	1.066.771
Café	414.917	398.274	496.536	382.650
Milho	192.631	122.657	179.705	324.000
Frango	432.503	511.568	525.082	770.400
Laranja	151.856	169.289	158.591	769.500

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1974, 1978, 1980 e 1982.

QUADRO 7 - Evolução das Pastagens - São Carlos - São Paulo, 1950-1980

Anos	Área total dos estabelecimentos (em ha)	Pastagens			% da área de pastagens em relação a área total	% da área de pastagens artificiais em relação a área total de pastagens
		Área total (em ha)	Naturais (em ha)	Artificiais (em ha)		
1950	116.658	77.266	43.625	33.641	74,8	43,5
1960	109.526	69.487	35.142	34.345	66,9	49,4
1970	97.123	58.441	21.945	36.487	65,9	62,4
1980	87.612	45.597	13.303	32.294	57,2	70,8

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 8 - Efetivo de Bovinos, Vacas Ordenhadas e Produção de Leite - São Carlos - São Paulo, 1950-1980

Anos	Efetivo de Bovinos (em cabeças)	Vacas ordenhadas (em cabeças)	Leite	
			Produção (em mil litros)	Rendimento médio (mil litros/vaca)
1950	38.516	6.795	5.998	0,88
1960	32.540	4.871	5.316	1,09
1970	39.674	8.853	15.680	1,77
1975	49.999	11.337	21.606	1,90
1980	50.384	10.987	25.222	2,29

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

QUADRO 9 - Efetivo Avícola em São Carlos - Número de Cabeças de Frango Dirigidas ao Abate Durante o Ano

Anos	Nº de cabeças	Peso (kg)	kg/cabeça
1970	600.000	1.080.000	1,8
1972	520.000	1.000.000	1,0
1974	1.300.000	2.210.000	1,7
1978	2.000.000	3.400.000	1,7
1980	4.000.000	7.200.000	1,8
1982	4.000.000	7.200.000	1,8

Fonte: Instituto de Economia Agrícola/Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

QUADRO 10 - Evolução do Número de Tratores - São Carlos e Estado de São Paulo

Anos	São Carlos		Estado de São Paulo	
	Números absolutos	Índice	Números absolutos	Índice
1940	13	100	1.400	100
1950	36	277	3.800	271
1960	150	1.154	27.176	1.941
1970	308	2.369	67.213	4.801
1980	696	5.354	138.739	9.909

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas 1940, 1950 e 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 11 - Consumo de Óleo Diesel - São Carlos e Estado de São Paulo

(em mil litros)

Anos	São Carlos		Estado de São Paulo	
	Números absolutos	Índice	Números absolutos	Índice
1970	933	100	177.464	100
1980	3.040	326	645.119	363

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 12 - Evolução do Valor das Despesas - São Carlos, Micro-Região e Estado de São Paulo, 1970-1980

(em Cr\$1.000)

(continua)

	1970 ⁽¹⁾			1980			(% 1980/1970)		
	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo
II. Valor das Despesas	344.217	3.127.256	69.443.239	1.066.980	11.298.594	188.673.523	210	261	172
- Salários	114.280	824.247	17.961.329	209.254	1.788.945	34.532.304	83	117	92
- Arrendamento de terras	21.165	103.226	4.434.244	22.313	357.394	11.171.060	5	246	152
- Adubos e corretivos	50.142	413.433	9.548.719	124.914	1.940.905	30.919.004	149	369	224
- Sementes e mudas	7.836	91.851	2.426.826	9.662	180.589	5.237.241	23	97	116
- Defensivos agrícolas	9.881	102.399	3.224.967	15.177	447.401	8.996.756	54	337	179
- Medicamentos p/animais	7.055	46.144	1.114.438	25.996	133.019	3.117.972	268	188	180
- Sal	-	-	-	6.764	46.106	1.223.004	-	-	-
- Rações industriais ⁽²⁾	69.469	505.146	9.318.850	392.305	1.823.493	22.838.985	509	320	199
- Outras rações	-	-	-	24.018	251.505	3.784.170	-	-	-

(1) Em valores reais de 1980, calculados pelo Índice "2" da FGV.

(2) Em 1970, despesas com sal estão englobadas em rações industriais

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 12 - Evolução do Valor das Despesas - São Carlos, Micro-Região e Estado de São Paulo, 1970-1980

(conclusão)

	1970 ⁽¹⁾			1980			(% 1980/1970)		
	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo
- Aluguel máquinas e equip.	-	-	-	2.346	42.247	1.564.932	-	-	-
- Serviços de empreitada	17.810	315.446	5.979.166	30.873	1.086.131	13.647.558	73	244	128
- Transporte da produção	-	-	-	9.039	375.829	5.021.355	-	-	-
- Juros e despesas bancárias	12.800	126.987	2.751.212	46.487	435.932	9.079.036	263	243	230
- Impostos e taxas	5.423	66.757	1.505.833	11.878	293.543	4.304.114	119	340	186
- Sacaria e outras embalagens	-	-	-	2.839	19.033	2.073.163	-	-	-
- Combustíveis e lubrificantes	18.981	178.164	3.716.808	72.259	857.268	14.492.235	281	381	290
- Energia elétrica ⁽²⁾	9.445	40.491	794.419	14.084	74.193	1.683.219	49	83	112
- Outras despesas	26.726	434.782	8.928.167	37.510	853.320	11.890.319	40	96	33
- Outros combustíveis(biomassa) (baçaço, carvão vegetal e lenha)	988	21.165	738.462	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Em valores reais de 1980, calculados pelo Índice "2" da FGV.

⁽²⁾ Em 1970, energia elétrica comprada.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 13 - Evolução do Valor dos Investimentos - São Carlos, Micro-Região e Estado de São Paulo, 1970-1980

	1970			1980			(% 1980/1970)		
	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo	São Carlos	Micro-região	Estado de São Paulo
IV. Valor dos Investimentos	163.434	877.032	21.513.761	533.297	3.716.811	77.904.906	226	224	262
a) Bens imóveis (sub-total)	94.287	362.119	8.961.671	214.442	1.579.224	27.571.082	127	336	208
- Terras adquiridas	5.469	121.610	4.000.933	27.674	634.209	11.085.284	406	422	177
- Prédios (residenciais e outros fins)	33.436	80.062	1.926.321	80.919	365.612	7.460.120	142	357	287
- Instalações e outras benf.	55.382	160.446	3.034.440	105.849	579.403	9.025.678	91	261	197
b) Outros bens	69.147	514.913	12.552.067	-	-	-	-	-	-
- Novas culturas permanentes ⁽¹⁾	24.175	135.927	3.398.351	25.064	239.089	3.552.189	4	79	29
- Matas plantadas	-	-	-	182	4.799	837.263	-	-	-
- Compra de animais de reprodução ⁽¹⁾	12.800	88.358	3.058.960	3.800	85.898	2.504.495	1.619	1.386	890
- Compra de animais de criação	-	-	-	124.804	750.758	16.727.156	-	-	-
- Compra de animais para outros fins	-	-	-	91.429	476.528	11.046.380	-	-	-
- Máquinas e instrumentos agrários novos ⁽¹⁾	18.913	168.673	3.210.906	48.328	329.916	8.196.891	199	131	203
- Máquinas e instrumentos agrários usados	-	-	-	8.249	59.940	1.521.846	-	-	-

⁽¹⁾ Para 1980 foi considerada as somas.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 14 - Evolução do Pessoal Ocupado por Categoria - Estado de São Paulo

	1950		1960		1970		1980	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Pessoal ocupado por categoria (Total)	1.531.664		1.727.310	100,0	1.420.040	100,0	1.376.463	100,0
- Responsável e membros não remunerados da família	607.299	39,6	839.300	48,6	873.243	61,5	662.401	48,1
- Empregados em trabalho permanente	519.633	33,9	419.733	24,3	288.308	20,3	386.103	28,1
- Empregados em trabalho temporário	170.429	11,2	292.827	16,9	181.964	12,8	278.264	20,2
- Parceiros	234.303	15,3	175.450	10,2	76.525	5,4	49.695	3,6

Fonte: IBGE, Censo Agrícola 50 e 60 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 15 - Evolução do Pessoal Ocupado por Categoria - Micro-Região

	1950		1960		1970		1980	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Pessoal ocupado por categoria (Total)	51.568	100,0	46.126	100,0	40.495	100,0	45.424	100,0
- Responsável e membros não remunerados da família	13.303	25,8	16.040	34,8	18.385	45,4	13.189	29,0
- Empregados em trabalho permanente	24.616	47,7	16.423	35,6	12.422	30,7	18.317	40,3
- Empregados em trabalho temporário	4.932	9,6	7.540	16,3	6.801	16,8	10.351	22,8
- Parceiros	8.715	16,9	5.694	12,4	2.887	7,1	3.567	7,9

Fonte: IBGE, Censo Agrícola 50 e 60 e Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 16 - Evolução do Pessoal Ocupado por Categoria - São Carlos - São Paulo, 1950-1980

	1950		1960		1970		1980	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Responsável e membros não remunerados da família	1.262	21,9	1.543	33,0	1.581	39,5	1.150	27,4
Empregados em trabalho permanente	3.114	54,0	1.933	41,5	1.581	39,5	2.248	53,6
Empregados em trabalho temporário	567	9,8	735	15,7	764	19,1	698	16,7
Parceiros	827	14,3	463	9,8	76	1,9	96	2,3
Total	5.770	100,0	4.674	100,0	4.002	100,0	4.192	100,0

Fonte: Censo Agrícola de 1940, 1950 e 1960 e Censo Agropecuário de 1970 e 1980.

CAPÍTULO IV - BANCOS, COMÉRCIO, INDÚSTRIA X AGRICULTURA

4.1 - Agricultura e Bancos

Retomando, foi visto no capítulo precedente que a agricultura paulista nos últimos anos passou por um processo de transformações nas relações técnicas e sociais de produção. Foi destacado, neste processo conhecido como de "modernização da agricultura", o papel do Estado na formação do capital, através de suas políticas agrícolas. Nesse conjunto de políticas deu-se mais ênfase à de crédito rural subsidiado, implementada a partir de meados da década de 60, considerada aqui como desencadeadora dessa modernização. Também foi ressaltado que, embora mantendo suas particularidades, o município de São Carlos acompanhou a direção dessas transformações.

Indicações sobre a participação dos bancos no setor agropecuário podem ser avaliadas nos censos do IBGE⁽¹⁾. Os dados sobre a origem do valor dos financiamentos (Quadro 1 do Anexo IV) apresentaram de 1970 para 1980 elevação real de 167% e 191% para São Carlos e para o Estado de São Paulo, respectivamente. Nesses mesmos anos o valor dos financiamentos originados de entidades governamentais cresceu 295% em São Carlos e 218% no conjunto do Estado de São Paulo. É interessante observar que os recursos provenientes de outras fontes⁽²⁾ cresceram 10% em São Carlos e 93% em São Paulo, entre os anos de 1970 e 1980. Também é importante perceber, nos dados do mesmo Quadro, que do valor total dos financiamentos feitos no município, o valor originado de entidades governamentais representava 55% em 1970 e 81% em 1980. Fica claro por esses dados que a participação dos bancos estatais (Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo) é maior em São Carlos do que no conjunto do Estado de São Paulo. Reforçam, também, que o crescimento do crédito bancário a juros subsidiados foi fundamental para que ocorressem as transformações no setor agropecuário do município em anos recentes, mais de uma vez mencionados neste trabalho.

⁽¹⁾ No censo agrícola de 1960 só foi levantado o número de estabelecimentos que obtiveram os financiamentos. Os dados sobre a origem do valor dos financiamentos aparecem a partir do censo agropecuário de 1970.

⁽²⁾ Devido à diferença de critérios de classificação entre os dois censos, houve necessidade de englobar os financiamentos oriundos de entidades privadas, de cooperativas e de particulares no item outras fontes.

Foi possível calcular por estimativa o valor dos financiamentos de custeio feitos pela agência local do Banco do Brasil para alguns anos. No Quadro 2 do Anexo IV, verifica-se que o valor real dos financiamentos quase dobrou no município entre 1978 e 1980. A partir de 1982 nota-se a tendência decrescente desse valor e em 1984 o montante financiado é quase 50% inferior ao de 1978. O aumento do valor dos financiamentos verificado em São Paulo entre 1978 e 1980, mesmo com a elevação das taxas nominais de juros, parece ser consequência da forte aceleração da inflação, que acabou elevando os subsídios neste último ano citado. Perosa e Aidar (1983:62) mencionam a intenção governamental de reduzir os subsídios no crédito agrícola através de medidas tomadas desde 1979. Eles mostram, no entanto, que a grande aceleração da inflação acabou tornando ineficazes tais medidas, pelo menos para o ano de 1980. Ou seja, mesmo elevando as taxas nominais de juros, como a correção monetária era pré-fixada ao nível de 50%, os subsídios se elevaram. A diminuição do valor dos financiamentos de custeio no ano de 1982, em São Carlos, parece indicar que as novas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional em dezembro de 1980⁽¹⁾, começaram a surtir o efeito desejado⁽²⁾.

Por outro lado, os dados do Quadro 3 do Anexo IV, mostram que a proporção dos juros pagos sobre o valor total da produção agrícola elevou-se de 4,1% em 1978, para 13,0% em 1982, sendo que 1980 foi o ano que apresentou a maior porcentagem (14,0%)⁽³⁾.

Embora este trabalho não tenha a pretensão de desenvolver este tema, os dados acima vêm reforçar a idéia, levantada por Loureiro (1984), da necessidade de se rever a questão dos subsídios creditícios dirigidos ao setor agropecuário.

Finalizando, cabe lembrar que neste item tentou-se mostrar a inter-relação entre o desenvolvimento do capital produtivo agrícola com o capital financeiro, isto é, entre a expansão da produção agrícola e a expansão creditícia.

(1) Elevação da taxa nominal de juros, redução substancial dos subsídios para aquisição de fertilizantes, redução dos tetos financiados, entre outras.

(2) Atualmente este quadro está profundamente modificado. A partir de 1984, pode-se considerar que o crédito agrícola não é mais subsidiado. Na atual política de crédito agrícola as taxas se elevaram a 100% da correção monetária mais 3% de juros.

(3) Para o ano de 1984 não foi possível fazer esta comparação, porque os dados sobre valor da produção não estão, ainda, disponíveis.

4.2 - Agricultura, Comércio, Cooperativa e Agroindústria

No Quadro 5 do Anexo III mostrou-se que em São Carlos o valor da produção animal tem, atualmente, uma participação muito mais expressiva no valor total da produção em relação à micro-região 242 e ao conjunto do Estado de São Paulo. Também já foi considerado que isto deve-se à tradição leiteira do município, aliada ao desenvolvimento recente da avicultura de corte no município.

Em que pese a menor expressão agrícola do município em relação à região e ao estado, a cana-de-açúcar, o café e o milho são os produtos agrícolas de maior valor e nos últimos anos a laranja também vem apresentando certa importância. Assim, antes de desenvolver a análise do leite e frango de corte em São Carlos, far-se-á uma rápida referência às formas de comercialização dos produtos agrícolas citados.

Até 1960, o café é ainda a cultura de maior valor no município. A cana-de-açúcar que foi a solução encontrada pela região após a crise do café, só vai adquirir importância em São Carlos na década de 70. As usinas Tamoyo, da Serra e Ipiringa localizadas em Araraquara, Ibatê e Descalvado, respectivamente, possam a constituir núcleos de polarização da cultura no município ⁽¹⁾.

Através de entrevistas com alguns produtores em São Carlos, soube-se que são poucos os fornecedores de cana-de-açúcar para usinas e destilarias da região. A maior parte da área plantada com cana está em terras das próprias usinas ou então em terras arrendadas por elas. Cada produtor possui uma cota de produção e após a colheita o preço do produto entregue à usina é pago de acordo com o teor de sacarose ⁽²⁾. No caso de arrendamento, feito normalmente por 5 anos e podendo ser renovado, o arrendatário recebe da usina, atualmente, o valor aproximado de 35 t/alq. em média ⁽³⁾.

A integração vertical tem sido a forma mais utilizada recentemente pelas usinas e /ou destilarias para aumentar a sua margem de lucro. As

⁽¹⁾ As duas primeiras cobrem toda a área de manchas de terra roxa do Vale do Jacaré, Baixo Monjolinho e Can-can, atingindo os altos de Retiro. A terceira constitui-se de um núcleo que expandiu-se para os lados de Araraí e Santa Eudoxia.

⁽²⁾ Este cálculo é realizado através de uma análise de laboratório feito quando da chegada do caminhão à usina.

⁽³⁾ Este valor modifica-se de acordo com a distância e com a qualidade da terra.

sim, elas podem ter maior controle sobre a fixação dos preços de compra da matéria-prima que utilizam e/ou redução dos custos unitários. A tendência atual de redução do número de fornecedores encaixa-se nesta lógica. Mesmo não detendo o controle do processo de produção, as usinas, ao produzirem a cana vão ter para si, uma cota garantida de mercado (Perosa e Aidar, 1983:20/21).

É importante lembrar aqui que, com exceção das áreas próximas às usinas, aonde está concentrada a produção de cana, as propriedades agrícolas tem em geral, no município, uma estrutura diversificada de produção ⁽¹⁾.

A maior parte da produção de laranja ⁽²⁾ do município é dirigida à indústria de sucos, principalmente à Citrosuco em Matão. A forma de comercialização mais utilizada é a da compra da fruta quando esta ainda está no pé, através de contratos que especificam o preço e as condições de pagamento (em geral com um sinal na data da assinatura). O pagamento é feito de acordo com o número de caixas colhidas. A colheita é realizada por empreiteiros, contratados pela própria indústria de suco. Perosa e Aidar (1983:21) mencionam que no Brasil, na maioria das vezes, a indústria de suco é que faz a colheita. É mais barato para as poucas empresas compradoras de laranja para suco, fazer a colheita em grandes e poucos pomares, inclusive concentrados geograficamente.

Não existe outros vínculos entre produtores e compradores a não ser os contratos de compra e venda em cada safra. Não se usa no Estado de São Paulo qualquer tipo de financiamento de insumos, por parte das indústrias, que represente um compromisso de entrega pelos produtores.

⁽¹⁾ Constatou-se na pesquisa de campo que numa propriedade de 25ha havia, por exemplo, criação de gado leiteiro, plantação de café, milho e arroz. Uma outra de 50ha fazia criação de frango de corte, plantava café e milho. Numa terceira de 109ha havia criação de gado leiteiro, de frango de corte e plantação de laranja e ainda numa quarta de 980ha fazia-se criação de gado leiteiro, de gado de corte, de frango de corte, de cavalos e plantação de café, cana e milho. Nesta última propriedade residem 36 famílias de trabalhadores.

⁽²⁾ Com a forte expansão da citricultura no Estado de São Paulo, no início da década de 80, em São Carlos também houve um aumento do número de pés plantados, sendo que dos 400.000 pés, mais de 200.000 estão distribuídos entre 3 propriedades. Ou seja, mais de 50% dos pés de laranja está concentrado em 10% das 30 propriedades produtoras.

Quanto ao café ⁽¹⁾, como não existem cooperativas no município (as mais próximas estão localizadas em Araraquara e Jaú), o grosso da comercialização é feita através dos maquinistas. Em São Carlos há atualmente duas máquinas, cujos proprietários compram o café em coco, beneficiam e o enviam em lotes para as firmas em Santos. São poucos os cafeicultores que possuem máquina de beneficiar na própria propriedade. Nesse caso, a comercialização é realizada através de corretores das grandes firmas exportadoras de Santos, que levam uma amostra do café "bica corrida" para ser classificado.

O milho cultivado em São Carlos é todo consumido localmente. Na maioria das vezes, o próprio criador de gado leiteiro planta o milho para ser utilizado como silagem para o animal. Além disso, alguns avicultores cultivam uma parte deste produto para ser misturado ao concentrado na própria fazenda. No entanto, a produção municipal de milho não é suficiente para abastecer o mercado local, vindo boa parte desta mercadoria de outras regiões.

4.2.1. - Leite e cooperativa

Com a decadência da cafeicultura na região, São Carlos passou a explorar predominantemente a produção leiteira. Esta não foi a solução mais comum na região, mas dadas as características do solo do município, como já foi mostrado, apareceu como a mais viável de imediato, quando da crise do café. Essa atividade cresceu em ritmo constante e São Carlos faz parte hoje ainda de uma das principais bacias leiteiras do estado de São Paulo ⁽²⁾. Conforme indicam os dados do IBGE de 1980, 4% da produção de leite do Estado é proveniente da micro-região, de Araraquara (242). Da produção total dessa micro-região São Carlos é o maior produtor com 25 milhões de litros, ou seja, 39%, vindo-lhe a seguir, Descalvado com 13,4 milhões de litros, o que representa 21%.

⁽¹⁾ Atualmente existe no município aproximadamente 2.800.000 pés de café, para 150 produtores sendo que em torno de 80% desses produtores possuem até 50.000 pés e outros 20% possuem de 50.000 a 100.000. Só há um cafeicultor com mais de 100.000 pés em São Carlos.

⁽²⁾ Com o tabelamento do leite C ou Especial em toda a região centro-sul, o abastecimento no Estado de São Paulo está cada vez mais dependente de novas zonas de produção de leite, distantes dos centros urbanos. Assim, firmas paulistas tradicionais estão abrindo usinas em outros estados (Toledo, 1982:4).

Atualmente, 30% da produção local é entregue à empresa Flor da Nata, sediada no município há oito anos e os outros 70% é recebido pela Cooperativa de Laticínios de São Carlos.

Essa cooperativa é uma das 25 cooperativas regionais (chamadas de cooperativas singulares) filiadas à Cooperativa Central de Laticínios. A usina da cooperativa local possui uma capacidade para manipular 120.000 litros de leite por dia situando-se entre as grandes cooperativas do estado de São Paulo ⁽¹⁾. Há 616 produtores na região a ela associados, dos quais 420 estão em atividade. Desses, 245 são de São Carlos e municípios vizinhos.

No Quadro 4 do Anexo IV, vê-se que do total de cooperados que entregaram leite para a cooperativa no mês de setembro de 1984, aproximadamente 72% dos produtores, isto é, aqueles que produzem até 200 l/dia, são responsáveis por 32% da produção e 13% da área com pastagens.

Por sua vez, 28% dos cooperados, que produzem mais de 200 litros diários respondem por 68% do total da produção leiteira e por 87% da área de pastos. Este mesmo Quadro mostra também que os cooperados que fornecem até 100 litros/dia estão tendo prejuízo nessa atividade, a qual passa a ser mais rentável conforme aumenta a produção diária.

Não foi possível levantar os dados em separado por produtores de leite Especial e produtores de leite B. No entanto, através do levantamento de campo pôde-se inferir que os produtores com menor produção diária, geralmente são aqueles que produzem leite Especial. São pequenos produtores, que têm esta atividade como principal e utilizam basicamente trabalho familiar e têm os mais baixos níveis de produtividade.

Cabe relembrar aqui que por razões políticas e sociais, ou seja,

⁽¹⁾ Para se ter uma idéia da posição da usina no conjunto dos laticínios paulistas, cabe transcrever aqui os dados do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal em São Paulo (SERPA). Segundo eles, os estabelecimentos se estratificam segundo a produção diária, nos seguintes termos:

Estabelecimento	%	Mil litros
2	1,0	+ de 500
3	1,5	de 300 a 500
14	6,9	de 100 a 300
28	13,8	de 50 a 100
49	24,1	de 20 a 50
60	29,6	de 10 a 20
33	16,2	de 5 a 10
14	6,9	até 5
Total 203	100,0	

por um produto que entra na cesta de consumo dos assalariados urbanos de baixa renda, o leite C ou Especial vem sendo historicamente atrelado a um sistema de preços estritamente controlados. No Estado de São Paulo o leite B, com preços não tabelados pelo Governo Federal e atingindo mercado consumidor de melhor poder aquisitivo, ainda que exigindo maiores investimentos, tornou-se mais rentável. Assim, sua participação que no início dos anos 70 era de 9% do volume total produzido no Estado de São Paulo, passa para 16% em 1980, em decorrência dos seus preços evoluírem mais rapidamente do que os do leite C, principalmente de 1973 a 1978 (ver Quadro 5 do Anexo IV). Em São Carlos, o leite B passou a ser produzido a partir de 1973, quando o Governo Federal começou a incentivar esta atividade, através de créditos subsidiados e atualmente aproximadamente 50% da produção municipal é deste tipo de leite.

Do total de leite B recebido atualmente pela cooperativa de Laticínios de São Carlos, apenas 4% é comercializado no município e municípios vizinhos e 96% é remetido à Cooperativa Central para ser distribuído na Grande São Paulo. O total de leite Especial recebido fica na região, sendo que mais ou menos 5% deste leite é destinado diariamente à fabricação de queijos. Até 1979 a entrada de leite na cooperativa foi crescente, passando a diminuir a partir de 1980 (1).

Esta tendência parece ter se verificado para todo o setor de laticínios e não só no município de São Carlos. Estudo feito por Toledo e Bemelmans (1984:29/31), confrontando o custo operacional do Instituto de Economia Agrícola levantado para a região do Vale do Paraíba e o preço médio real recebido pelos produtores de leite C, mostrou que a partir de 1978, o custo médio passa a sobrepujar o preço (ver Figura 1 do Anexo IV). A análise é reforçada pelos mesmos autores, através da contabilidade agrícola do IEA, em propriedades de São José do Rio Pardo, que compara as evoluções dos custos operacionais médios e das receitas recebidas pelos produtores de leite. Observou-se que nessas propriedades, de 1970/71 a 1977/78,

(1) Conforme dados fornecidos pela Cooperativa de Laticínios de São Carlos, aí entraram em:

1970 -	21.330.899	litros
1971 -	24.414.173	litros
1973 -	25.768.533	litros
1976 -	26.459.709	litros
1977 -	28.258.389	litros
1978 -	34.445.006	litros
1979 -	36.212.964	litros
1980 -	29.462.213	litros
1981 -	28.804.476	litros
1983 -	27.147.481	litros
1984 -	24.295.559	litros

os produtores trabalharam com renda líquida positiva e a partir daí o resultado torna-se negativo (ver Figura 2 do Anexo IV).

Além disso, com a recessão econômica do país e a queda do poder aquisitivo da população em geral, diminuindo a procura de leite e derivados, a partir de 1980, tem-se dificuldade pelo lado da demanda, em absorver os altos custos da produção leiteira, inclusive do leite B, que tem os preços liberados.

O preço do leite B é determinado em comum acordo pela Associação Brasileira de Produtores de Leite B (A.B.P.L.B) e as usinas pasteurizadoras. Essa associação, sediada em Campinas, teve papel preponderante no desenvolvimento deste tipo de leite. Em função da manutenção de preços e possibilitada pela faixa de mercado alcançada, formou-se um verdadeiro cartel de produtores de leite B, com controle da entrada de novos produtores e formação de cotas. A existência dessa cota, acima da qual, o excesso de produção é comercializado como leite Especial implica em que o preço médio recebido por um produtor individual seja diferenciado, e com o favorecimento de cotas para os produtores mais antigos, a produção passou a ser controlada (Toledo, 1982:12). No caso das cooperativas em que os diretores são grandes produtores e eleitos, este fato ocorre com maior frequência. Para serem legitimados no poder, esses diretores acabam beneficiando de forma particular os grupos de produtores que os elegeram. Em São Carlos, por exemplo, houve casos de produtores que quando começaram a produzir leite B passaram a entregar o produto na empresa. Segundo eles, até alcançarem a cota máxima de leite B, levariam, as vezes, anos. Ou seja, teriam que arcar com toda a despesa de produzir este tipo de leite, recebendo uma grande parte da produção a preços de leite Especial.

Cabe lembrar que a Cooperativa de Laticínios de São Carlos foi fundada em 1937, no bojo de um processo de estímulo à formação de cooperativas por parte do Estado Novo, com o objetivo de solucionar problemas de abastecimento urbano frente a uma população em rápido crescimento⁽¹⁾. Produto de trabalho iniciado por 18 pecuaristas, através de convite público feito aos fornecedores de leite da região, permaneceu um longo período funcionando isoladamente. Em 1964, associou-se à Cooperativa Central de Produtores de Laticínios, junto com outras da região da Paulista e Mogiana. Estas eram tradicionalmente, regiões de atuação da Nestlé, com suas fábricas em Araras e Porto Ferreira. As novas associadas eram cooperativas cons

(1) Conforme mostrou Fleury (1983:49), as cooperativas que vingaram, neste período, foram as que corresponderam realmente às necessidades dos grupos de produtores a elas vinculadas.

tituidas nos anos 30 e 40, que vinham funcionando de forma independente durante um longo tempo. Entretanto, sem mercado local, sem garantia de recebimento da produção pelas indústrias e, em alguns casos, com grandes estoques de queijo, essas cooperativas viram na Cooperativa Central uma maior segurança na comercialização de sua produção (Maireles, 1984:120).

Chama atenção na análise dessa cooperativa a situação de sua política interna. Como já foi descrito em outros casos e, refletindo a estrutura autoritária vigente no país expressa nas próprias leis atuais sobre cooperativas ⁽¹⁾, há ai, também, um grupo que se perpetua em sua diretoria ⁽²⁾. Esta perpetuação no poder acaba formando as famosas "panelinhas", de tal forma que os produtores que elegeram tal diretoria inevitavelmente terão mais privilégios. Soube-se que para a última eleição, em 1984, um grupo de produtores tentou formar uma chapa de oposição. Conforme colocou um deles, daí para a frente passou a sofrer pressões, com seu leite sendo considerado por várias vezes sem condições suficientes de ser recebido. Atualmente este produtor entrega seu leite à Flor da Nata.

Antes de encerrar estas observações a respeito dos vínculos existentes entre agricultura e demais setores de atuação do capital, faz-se necessário a análise da atuação de um agente fundamental que é a agroindústria, ilustrada aqui pelo setor ao qual se integra a avicultura.

⁽¹⁾ Loureiro (1981:136/137), coloca a esse respeito que a partir de 1971 o artigo 47 da lei 5764, ao regulamentar que o Conselho de Administração das cooperativas fossem renovados de 3 em 3 anos em apenas um terço dos seus membros, acabaram tornando os outros dois terços, um grupo de dirigentes que perpetuam em seus cargos por mais de 20 anos.

⁽²⁾ O atual presidente da cooperativa foi eleito pela primeira vez em 1963 ocupando portanto esse cargo há 22 anos, ininterruptamente.

4.2.2 - Frango de corte e agroindústria

A avicultura moderna, em sentido mais amplo, não pode ser analisada apenas sob a ótica da produção e distribuição. Na verdade compreende também as indústrias de rações, equipamentos, produtos veterinários, embalagens e processamento industrial, constituindo assim um dos melhores exemplos de integração e interdependência econômica entre agricultura e indústria (Giulietti et alii, 1980:2).

A introdução do sistema intensivo de criação de aves começou em meados da década de 60, com a implantação efetiva no Brasil das empresas comercializadoras de linhagens, produzindo os pintinhos para engorda. Foram estas empresas que, para comercializarem o seu produto, tiveram que difundir o pacote tecnológico a ele associado, através da assistência técnica aos seus clientes. Esse pacote tecnológico sanitário pode ser aqui transplantado, nessa época, com a abertura ao capital estrangeiro, já que os laboratórios de vacinas e remédios que dele participavam, também estavam se instalando ou já operavam no país. Ao mesmo tempo, grandes empresas estrangeiras de rações como a Cargill e a Purina, passaram a complementar o mercado de nutrição animal. Para completar o estabelecimento de um pacote tecnológico tão eficiente quanto a dos países desenvolvidos, foram introduzidas e disseminadas as técnicas adequadas de manejo de aves. Com o aumento do volume de produção durante a década de 70, surge a demanda por abate industrial que também foi suprida (Amoroso Lima, 1984:63/64).

Em Santa Catarina a atividade de engorda de frangos de corte surgiu introduzida diretamente pelos grandes abatedouros que, através de contratos de fornecimento de insumos (rações, medicamentos, pintinhos, etc.) e compra da produção (através dos chamados contratos de integração), coordenam diretamente mais de 90% das aves engordadas. Em São Paulo, a criação de frangos é, de início, uma atividade feita por produtores independentes, isto é, sem contratos de integração. Com a recessão do mercado internacional e doméstico, no início da década de 80, ocorre uma reordenação forçada da avicultura, através da diminuição das margens de lucro, com a que era de muitas empresas e unidades produtivas. Verifica-se uma violenta concentração e centralização da produção. Assim, a semelhança do que vinha sendo feito em Santa Catarina, em São Paulo o movimento que já se esboçava no final da década de 70, de integrar a produção de granjas de engorda às fábricas de rações e abatedouros, tornou-se inevitável.

Segundo os dados do censo agropecuário de IBGE, em 1980, a maior criação de frangos de corte do Estado de São Paulo estava concentrada na micro-região da qual São Carlos faz parte, sendo responsável por 14,2% da

produção total do Estado, ou seja, 32 milhões de cabeças. Do total desta região, Descalvado é o maior município produtor com 17 milhões de cabeças (53,7%), vindo a seguir São Carlos com 6 milhões de cabeças (18%).

Sabe-se que esta atividade teve início neste último município, no início da década de 70, cujo desenvolvimento foi possível graças ao crédito subsidiado. Estimou-se que em São Carlos, em 1984, foram produzidos aproximadamente 10 milhões de cabeças de frango, sendo que atualmente há em torno de 40 granjas em propriedades que produzem lotes que vão de 15 a 200.000 cabeças⁽¹⁾.

Em São Paulo, a atividade avícola integra-se a outras atividades agropecuárias: o esterco, isto é, a chamada "cama de frango" tem sido muito utilizada como adubo para o café e principalmente como fonte protéica para o gado leiteiro⁽²⁾. Entretanto a integração mais intensa da avicultura se dá com as grandes indústrias de rações, medicamentos e de matrizes de aves. Informações coletadas junto aos produtores locais indicam que cerca de 90% dos granjeiros estão integrados a elas⁽³⁾.

Os poucos produtores independentes possuem estabelecimentos mais diversificados, podendo cobrir eventuais prejuízos com outras atividades agropecuárias⁽⁴⁾. Como não estão integrados às indústrias podem ainda comprar

(1) O avicultor que possui, por exemplo, sete galpões produzindo ao mesmo tempo, aproximadamente 30.000 cabeças por galpão, vai engordar um lote com cerca de 200.000 cabeças. Como cada lote de pintinhos leva normalmente 56 dias para engordar, em geral são criados 5 lotes por ano. Assim, ele produzirá então em torno de 1 milhão de cabeças de frango por ano.

(2) Como neste caso, não há gastos com transportes, a utilização da cama de frango misturado com sabugo e palha de milho, cana, etc. barateia os custos da alimentação animal. No entanto, para alguns pecuaristas, o esterco de frango não é bem aceito pelo animal, diminuindo a palatabilidade do concentrado.

(3) Pode-se citar entre as principais: Cargill (Paulinia, Araraquara), Soscill (Descalvado, Porto Ferreira), Sadia (Américo Brasiliense), Ito (São Carlos), Granja Betinha (Jundiaí) e também a Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Mogi Guaçu (Descalvado).

(4) Pode-se citar como exemplo de uma situação em que o produtor independente de aves sobrevive economicamente, através da prática de outras atividades como: criação de gado de corte e leiteiro, criação de cavalos, plantação de café, milho, cana, etc. É interessante lembrar que é exatamente esse produtor que tem questionado a atual gestão da cooperativa de lactícínios, procurando colocar-se como cabeça de chapa alternativa à diretoria que ainda permanece há mais de 20 anos.

os insumos para sua atividade avícola e vender seus produtos para abatedouros de outras firmas e/ou cooperativas⁽¹⁾.

Em síntese, avaliando o conjunto dessas informações vê-se com clareza, o estado atual de desenvolvimento das forças produtoras capitalistas na agricultura paulista: a intensificação do processo de integração da atividade produtiva agrícola ao capital comercial e financeiro e a consolidação do chamado complexo agro-industrial. São Carlos, neste aspecto, pode ser tomado como caso exemplar onde as principais tendências desse processo aí se manifestam com nitidez.

(1) Os granjeiros que estão conseguindo manter-se independentes compram o concentrado das indústrias e o misturam ao milho (que representa 60% da ração) na própria fazenda, diminuindo assim o custo de produção do frango.

ANEXO IV

QUADRO 1. - Variação da Origem do Valor dos Financiamentos Obtidos no Município de São Carlos e no Estado de São Paulo,
1970 e 1980
(em porcentagem)

Origem	1970		1980		1980/1970(%)	
	São Carlos	E.S. Paulo	São Carlos	E.S. Paulo	São Paulo	E.S. Paulo
Entidades Governamentais	55	70	81	77	295	218
Outras fontes (entidades privadas, cooperativas e par- ticulares)	45	30	19	23	10	93
Total	100	100	100	100	167	191

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

QUADRO 2. - Evolução do Crédito Rural e dos Juros Pagos pelo Setor Agrícola em São Carlos ⁽¹⁾
(em Cr\$1.000)

Ano	Valor Corrente ⁽²⁾	Valor Real (em Cr\$ de 1982)	Taxa de Juros ⁽²⁾	Juros Pagos (em Cr\$ de 1982)
1978	62.217,7	786.668,1	15% a.a.	118.000,2
1980	348.702,9	1.430.449,2	33% a.a.	472.048,2
1982	1.076.349,4	1.076.349,4	45% a.a.	484.357,0
1984	3.600.000,0	441.000,0	227% a.a. ⁽³⁾	1.001.070,0

⁽¹⁾ Fonte: Para os anos de 1978 e 1980, foram feitas estimativas através dos dados de crédito agrícola do B.B. publicados pela Fundação SEADE no Perfil Municipal (1982:87) e para os anos de 1982 e 1984, as estimativas foram feitas através de levantamentos feitos junto à agência local do Banco do Brasil em São Carlos.

⁽²⁾ Estes valores, bem como as taxas de juros, referem-se somente a financiamentos de custeio, que respondem por cerca de 70% do total, segundo informações da própria agência local, ficando o restante distribuídos entre crédito para investimento e comercialização, com diferentes taxas de juros.

⁽³⁾ 3% de juros + 100% da variação da ORTN, no período de janeiro/84 a janeiro/85.

QUADRO 3. - Relação entre Valor Produzido e Juros Pagos pelo Setor Agrícola em São Carlos
(em Cr\$1.000)

Anos	Total da Produção ⁽¹⁾ (em Cr\$ de 1982)	Índice	Juros Pagos (em Cr\$ de 1982)	Índice	% do valor total da produção para pagar os juros
1978	2.901.918	100	118.000	100	4,1
1980	3.359.298	115	472.048	400	14,0
1982	3.739.421	129	484.357	410	13,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE.

⁽¹⁾ Coluna montada com base no quadro 6 do Anexo III, referindo-se aos produtos agropecuários (cana, leite, café, frango, milho) que respondem, conjuntamente, por mais de 80% do valor total produzido em São Carlos.

QUADRO 4. - Estrutura da Produção de Leite dos Associados à Cooperativa de Laticínios de São Carlos - Setembro de 1984

Litros/dia	Cooperados	Produção de Leite	Área com Pastagens	Renda Média (Cr\$1.000)	
				Bruta	Líquida
Até 100	52,6	14,9	5,7	375	(-) 254
de 100 a 200	19,2	16,7	7,7	1.324	300
de 200 a 500	16,0	26,6	17,5	3.235	1.176
de 500 a 1.000	9,0	19,1	20,6	8.799	3.855
Mais de 1.000	3,2	22,6	48,4	23.274	7.752

Fonte: Cooperativa de Laticínios de São Carlos.

QUADRO 5. - Evolução dos Preços de Leite C e Leite B, à Nível de Produtor,
1973-1982⁽¹⁾

Data	Leite C		Leite B	
	(Cr\$/l)	Índice	(Cr\$/l)	Índice
01.73	0,51	100	0,75	100
02.79	0,51	100	0,84	112
04.73	0,57	112	1,00	133
05.73	0,61	120	1,15	153
06.73	0,65	127	1,27	169
01.74	0,79	155	1,40	187
02.74	0,85	166	1,44	192
03.74	0,85	166	1,50	200
04.74	0,85	166	1,60	213
05.74	1,00	196	1,70	227
10.74	1,35	264	2,12	283
07.75	1,45	284	2,58	344
08.76	2,10	412	3,12	416
03.77	2,40	470	3,75	500
04.77	2,40	470	4,37	583
06.77	2,85	559	4,70	627
07.77	3,20	627	4,70	627
04.78	3,80	745	5,64	752
07.78	4,16	816	6,26	835
04.79	4,80	941	7,08	944
07.79	5,70	1.117	8,15	1.087
08.79	6,30	1.235	8,96	1.195
11.79	7,50	1.470	10,32	1.376
05.80	8,75	1.716	14,08	1.877
06.80	13,00	2.549	14,08	1.877
10.80	16,00	3.137	18,50	2.467
01.81	18,00	3.529	21,00	2.800
04.81	24,00	4.706	28,00	3.733
06.81	29,00	5.986	34,00	4.533
04.82	37,00	7.255	45,30	6.040
06.82	37,00	7.255	60,30	8.040

⁽¹⁾Transcrito de Toledo (1982:11).

Fonte: Coordenadoria de Assuntos Econômicos (CAE)/MA, Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) e Associação Brasileira dos Produtores de Leite B (ABPLB).

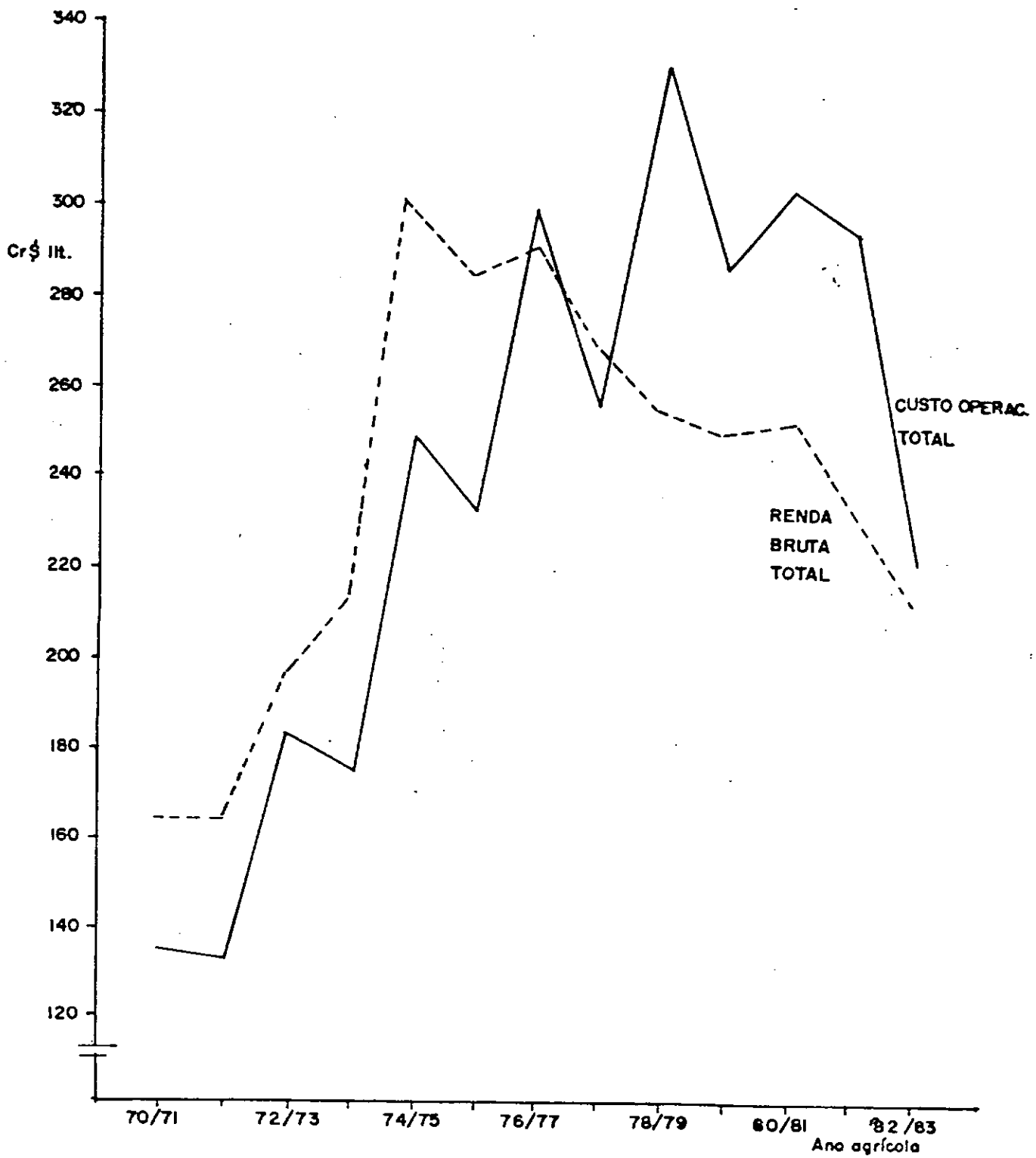


FIGURA 2. - Evolução do Custo Operacional Total e Preço Recebido pelo Produtor de Leite, com Base na Contabilidade Agrícola, São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1982/83 (em cruzeiro de fev. 1984).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) – Contabilidade Agrícola.

Transcrito de Toledo e Bemelmans (1984:30)

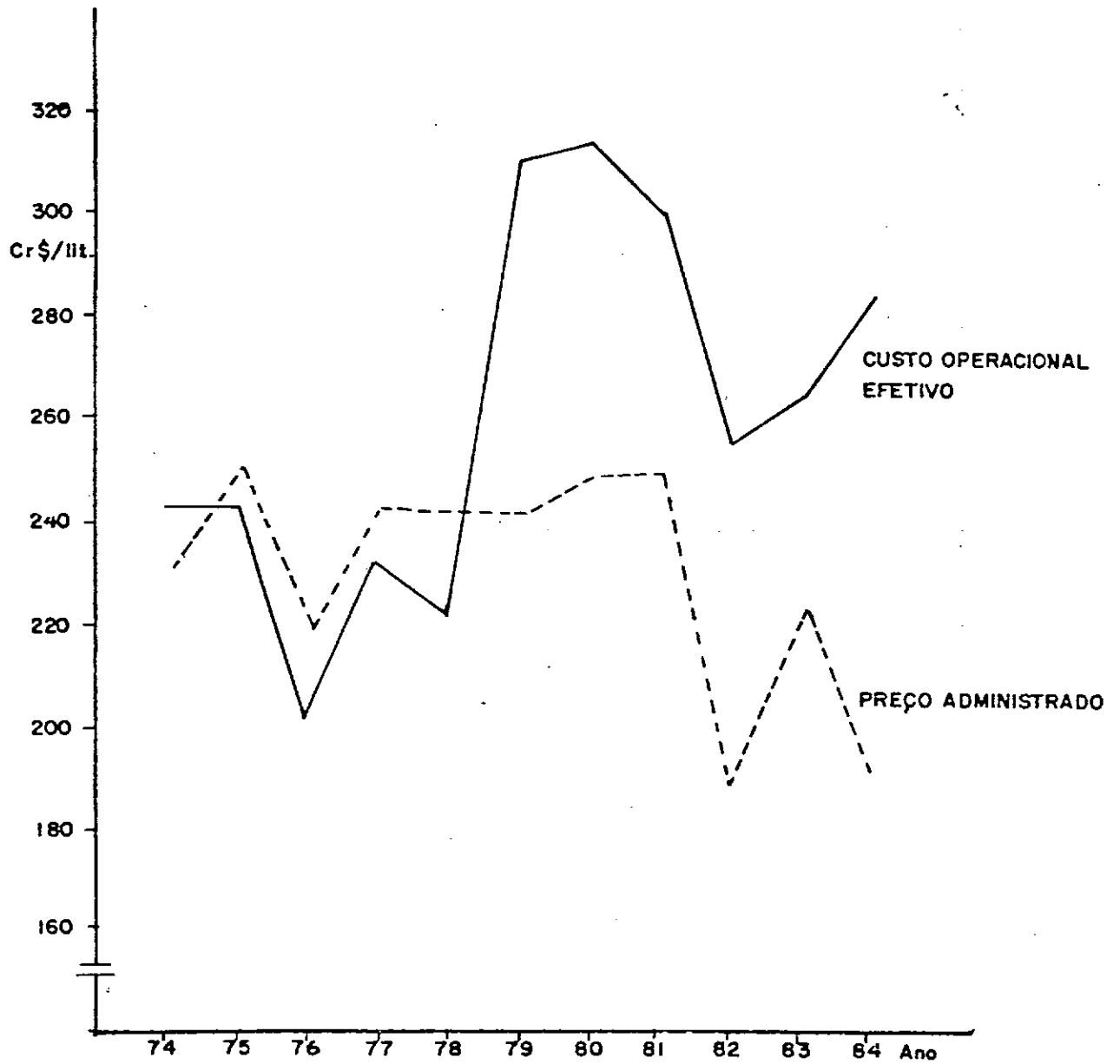


FIGURA 1. - Evolução do Custo Operacional e Preço Administrado de Leite Tipo C, Estado de São Paulo, 1974-84 (em cruzeiro de fev. 1984).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Transcrito de Toledo e Bemelmans (1984:28)

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e paulista, em particular, através do estudo do caso do município de São Carlos. Assim, procurou-se fazer uma sistematização de informações e dados desde a expansão, auge e crise da cultura cafeeira no município, passando pelo processo de industrialização da economia local e chegando às transformações recentes da agricultura, estimuladas pelas políticas agrícolas implementadas pelo Governo Federal, a partir de meados da década de 60.

Resumindo o conjunto de observações efetivadas no capítulo I, temos que o município de São Carlos desenvolveu-se no bojo da penetração cafeeira, rumo ao oeste paulista, em fins do século XIX. No processo em que estão intimamente vinculados: exportação de capital estrangeiro para o Brasil, expansão da cultura do café voltada para o mercado externo, grande empresa agrícola, vias férreas e imigração. São Carlos foi um importante centro cafeeiro e após a crise de 29, seguiu um caminho particular na região. Enquanto muitos municípios voltaram a cultivar cana, além do algodão e do café, São Carlos, que não tinha esta tradição, antes da expansão do café e dadas as características do solo, chegou a plantar algodão, mas grande parte da área antes plantada com café, foi substituída por pastagens para a produção leiteira. Além disso, após os anos 30, o município passou a sobressair-se como polo de atração urbana e industrial.

No capítulo II, analisou-se que o município ao apresentar um maior desenvolvimento da pecuária acabou propiciando uma indústria local mais diversificada. Ou seja, se por um lado, São Carlos sobressaiu-se como polo urbano-industrial, em grande parte como consequência da infraestrutura ferro-rodoviária, por outro lado, o maior desenvolvimento da pecuária, ao liberar maior número de pessoas da zona rural, acabou gerando por parte das autoridades locais, um maior esforço em reter parte desta mão-de-obra através de estímulos aos mais diversos ramos industriais.

No capítulo III, procurou-se sintetizar as transformações nas relações técnicas e sociais de produção ocorridas na agricultura do município de São Carlos. Nesse processo, foi destacado o papel do Estado na formação de capital, através de suas políticas agrícolas. Os efeitos deste amplo processo conhecido como de "modernização da agricultura" puderam ser ainda indicados e resumem-se, basicamente, na significativa elevação da produtividade do trabalho e no crescente assalariamento da força de trabalho.

No capítulo IV, procurou-se mostrar que com o desenvolvimento do capital no campo, aumentou o inter-relacionamento entre produtores, comerciantes, industriais e bancos.

Mais uma vez, vale a pena ser lembrado que através do estudo de caso de um município pôde-se analisar o movimento geral do desenvolvimento do capital na agricultura. Enfim, a pretensão deste estudo foi realizada, na medida em que foi possível fazer uma sistematização de dados para um município, sem perder de vista as etapas de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira e paulista em particular.

- ALMANAQUE DE SÃO CARLOS. São Carlos, 1894, 1916-17, 1927-28.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO-BADESP. Agroindústria e Desenvolvimento no Estado de São Paulo: uma análise setorial. São Paulo, s.d. v.2.
- _____. Perspectivas de desenvolvimento do setor avícola paulista. São Paulo, 1976. 77p.
- BRANDT, Vinicius C. Do colono ao bôia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudos CEBRAP, São Paulo, (19):37-91, jan./mar. 1977.
- O CAFÉ: estatística de produção e comércio. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1916, 1928, 1938.
- CAMARGO, José F. de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, IPE/USP, 1981. 3v. (Série Ensaio Econômico, 14)
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.
- CARDOSO DE MELLO, João M. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. 182p.
- CARVALHO FQ., José J. Política cafeeira do Brasil: seus instrumentos, 1961/71. São Paulo, IPE/USP, 1975. 120p. (Série IPE monografia, 7)
- CARVALHO, Maria A. de & GIMENES, Maria T.C. Aspectos distributivos do crédito rural na agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1982. 27p. (Relatório de Pesquisa, 11/82)
- CASTRO, A.B. de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975. v.2.

- CENSO AGRÍCOLA: São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1920.
- CENSO AGROPECUÁRIO: São Paulo. Rio de Janeiro, FIBGE, 1970-1980.
- CENSO DEMOGRÁFICO: São Paulo. Rio de Janeiro, FIBGE, 1940-1980.
- CENSO INDUSTRIAL: São Paulo. Rio de Janeiro, FIBGE, 1950-1980.
- CRISCUOLO, Paulo D. Balanço da avicultura paulista, 1965-66. Agricultura em São Paulo, SP, 14(7/8):29-42, jul./ago. 1967.
- DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Trad. de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 205p. (Coleção Estudos Brasileiros, 21).
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. v.30, p.164-165.
- ESTATÍSTICA AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO PINHAL. São Carlos, Clube da Lavoura, 1899.
- ESTATÍSTICA AGRÍCOLA E ZOOTECHNIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1904-1905, 1930, 1934 e 1937.
- FLEURY, Maria Tereza L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Global Editora, 1983. 152p. (Teses, 11).
- GATTI, Elcio U. A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta. São Paulo, FEA/USP, 1984. 181p. (Tese-Mestrado).
- GIULIETTI, Nelson et alii. Diagnóstico da avicultura brasileira, 1970-78: contribuição para um programa de desenvolvimento. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1980. 278p. (Relatório de Pesquisa, 07/80).
- GNACCARINI, José C. Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo, Polis, 1980. 185p. (Coleção Teoria e História, 7).

GRAZIANO DA SILVA, José. O que é questão agrária. 3.ed. São Paulo; Ed. Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura brasileira. Campinas, UNICAMP/Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, 1980. v.1. (Tese-Doutorado).

GUEDES PINTO, Luís C. Grupos de interesses e crédito rural no Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília, 19:65-83, 1981. Número Especial.

GUIMARÃES, Alberto P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 362p. (Coleção O Mundo, Hoje, 29).

HOMEM DE MELO, Fernando B. Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil. São Paulo, FEA/USP, 1979. 76p. (Trabalho para Discussão, 29).

KAGEYAMA, Angela A. Crise e estrutura agrária: a agricultura paulista na década de 30. Piracicaba, ESALQ/USP, 1979. 159p. (Tese-Mestrado).

KERBAUY, Maria Tereza M. O poder político local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso - São Carlos). São Paulo, PUC, 1980. 189p. (Tese-Doutorado). mimeo.

LOUREIRO, Maria Rita G. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: _____, org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1981. p.133-155. (Coleção teoria e prática sociais).

_____. Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. São Paulo, Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984. 219p. (Tese-Doutorado).

MALUF, R.S. Evolução recente e situação atual da agricultura paulista, 1930-1977. s.n.t. 19p. (Versão preliminar-mimeo).

MARTIN, Nelson B. Transformações na agricultura paulista na década de setenta e simulação de políticas de crédito rural. São Paulo, FEA/USP, 1981. 316p. (Tese-Mestrado).

- MARTINEZ CORREA, Anna M. História de Araraquara (1817 a 1930). São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1967. 321p. (Tese de Mestrado). mimeo.
- MARTINS, José de S. O cativo da terra. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979. 157p.
- MEIRELES, Almir J. Leite paulista: história da formação de um sistema cooperativista no Brasil. São Paulo, Cultura HRM Editores Associados, 1983. 246p.
- MELLO, Nilda T.C. de. A pecuária leiteira no Estado de São Paulo: perfil técnico-econômico das empresas no Vale do Paraíba. São Paulo, FEA/USP, 1981. 145p. (Tese-Mestrado).
- MELO, Vilmo G. A imigração italiana e a transformação da estrutura econômica-social do município de São Carlos. Marília, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras, 1975. 202p. (Tese-Doutorado).
- MENDONÇA DE BARROS, José R. & GRAHAM, D. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8 (3):695-725, dez. 1978.
- MILLIET, Sergio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, BIPA Ed., 1946. 201p.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Trad. de Ary França e Raul de A. e Silva. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984. 392p.
- PAIVA, Ruy M.; SCHATAN, Salomão; FREITAS, Claus F.T. O setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973. 456p.
- PEROSA, Jr., Roberto M. & AIDAR, Antonio C.K. Espaços e limites para a empresa capitalista na agricultura. São Paulo, EAESP/FGV, 1983. 82p.
- PIVA, Luiz H. de O. et alii. Avicultura na economia agrícola de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, 22(1/2):305-340, 1975.
- PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

- PROGNÓSTICO 79/80. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1979. v.8.
- PROGNÓSTICO 80/81. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1980. v.9.
- PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 79/80. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1979. v.6.
- SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico: 6a. região administrativa. São Paulo, 1972. v.6.
- SILVA, Gabriel L.S.P. da; FONSECA, Maria A.S. da; MARTIN, Nelson B. In vestimento na geração e difusão de tecnologia agrícola no Brasil. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1980. 17p. (Relatório de Pesquisa, 02/80).
- _____. Pesquisa e produção agrícola no Brasil. Agricultura em São Paulo, SP, 26(2):175-253, 1979.
- SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. 120p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais - Economia, 1).
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Ed. Nacional/EDUSP, 1968. 378p.
- TOLEDO, Yuly, I.M. de. Uma aplicação da programação linear recursiva: oferta de leite na DIRA de Campinas. Piracicaba, ESALQ/USP, 1982. 145p. (Tese-Mestrado).
- TOLEDO, Yuly I.M. de & BEMELMANS, Paul F. Evolução da situação econômico do produtor de leite Estado de São Paulo, 1974-84. Informações Econômicas, São Paulo, 14(8):25-31, ago. 1984.
- TOYAMA, Nelson K. Crescimento agrícola e emprego: caso da região de Ribeirão Preto nos anos 70. São Paulo, FEA/USP, 1982. 176p. (Tese-Mestrado).
- VIEIRA, F.I.S. O japonês na frente de expansão paulista. São Paulo, Livraria Pioneira Ed./EDUSP, 1973. 270p.

13.177 Bortoleto, Eloisa Elena

ex.2

Do café à industrialização do campo:
o caso do município de São Carlos, em
São Paulo.

CONSULENTE:	SAÍDA:	REGRESSO:
<i>Dr. Nogueira</i>	<i>14.02.86</i>	<i>4.3.86</i>
<i>Benedito B. de Freitas</i>	<i>08-7-87</i>	<i>deu</i>
<i>J. Sidinei Gonçalves</i>	<i>11/4/97</i>	<i>14-4-97</i>